



BRASIL AGORA



ANO I Nº 2

OUTUBRO DE 1991 2ª QUINZENA

CR\$ 700,00

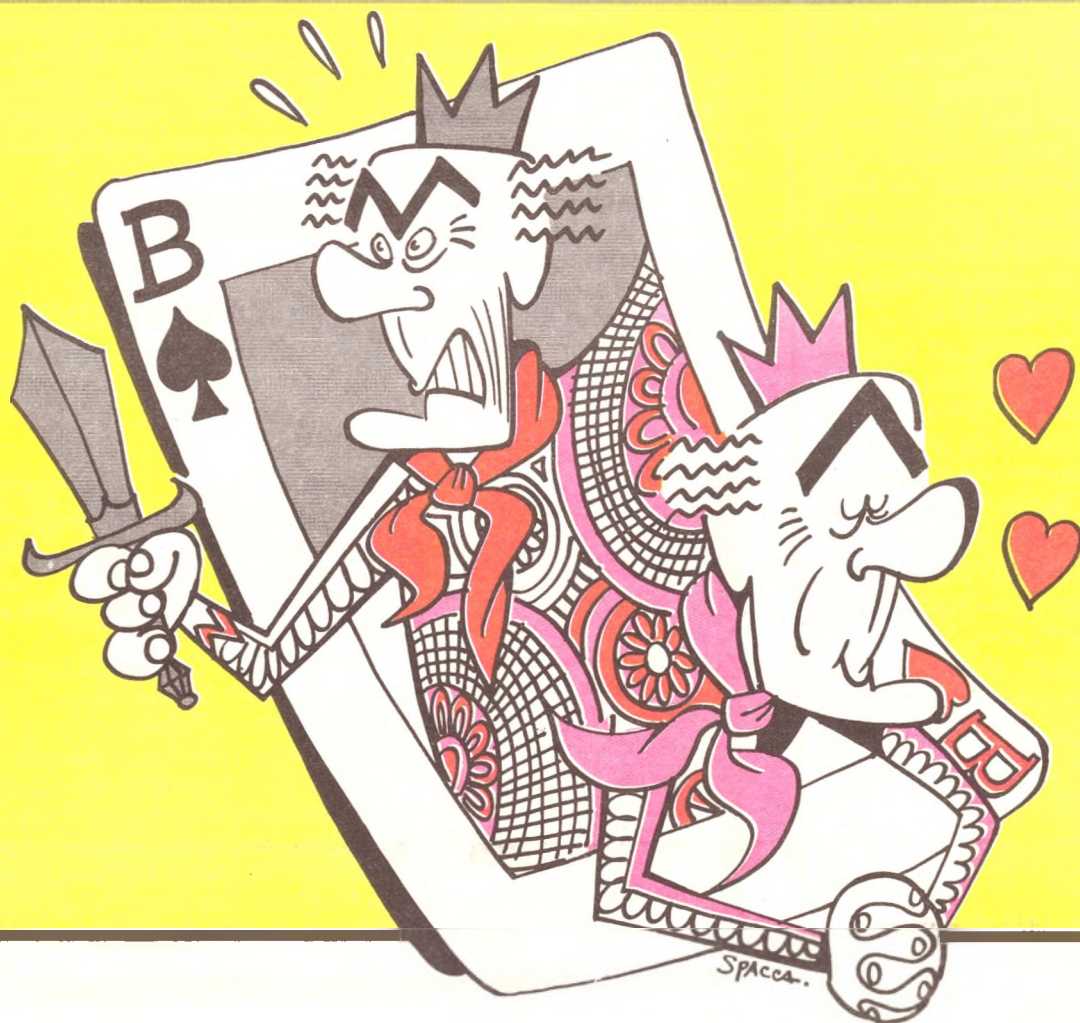
A MARACUTAIA QUE ENTREGOU A USIMINAS

AGÊNCIA ESTADO / OSWALDO AFONSO



LULA LIDERA MANIFESTAÇÃO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO
"A História vai registrar a posição de cada um"

AS DUAS FACES DE BRIZOLA



PAIXÕES E PICARETAGEM

No país dos escândalos, das negociatas e das paixões interesseiras, a truculenta demissão de 1.095 trabalhadores, pela poderosa Brastemp, não dá lbope. Nem quando o presidente dos metalúrgicos de São Bernardo, o Vicentinho, entrevistado desta edição (**ver a pág. 16**), resolve fazer greve, de fome uma espécie de último recurso diante de tanta selvageria. Mas quando os trabalhadores, desesperados pelo acordo rompido, resolvem lutar por seus empregos, seu trabalho, seu direito à vida, aí sim, passam a ser considerados "selvagens" - e ganham o noticiário como vilões, agressores do patrão-mocinho, que só usa o "facão" das demissões (e a polícia) para defender-se dos juros altos (**ver reportagem na pág. 7**).

Negociador e negociador emérito, o governador Leonel Brizola disse, certa vez, que no exílio deixara de tocar "de ouvido" e estava aprendendo a fazê-lo "por música". Ou seja, iniciava a sua nova trajetória de zigue-zagues, marca registrada de seus governos e de sua prática política. Entre tapas e beijos com o governo Collor, que o subsidia com verbas em troca de apoios ou de oposição comportada, Brizola age como "homem de duas caras", para utilizar a expressão popular. A ficha de Brizola está na reportagem de capa, junto com as maracutaias da Usiminas (**págs. 8 a 10**).

O golpe da paixão, o de Zélia, e um drama sem amor, o novelão mostrado pelas redes americanas de TV, da disputa entre a professora Anita Hill e o juiz da Suprema Corte, Clarence Thomas, são revelados nos artigos da **pág. 13**.

Ainda nesta edição, uma análise do 4º Congresso do PC cubano, feita de Havana por Hélio Doyle (**pág. 12**), e um ensaio sobre a Iugoslávia, um país de muitas nacionalidades, um "guia" para você entender a complexa guerra civil que dilacera o país (**pág. 11**).

A visita do papa ao Brasil serviu para confirmar o que se previa: ele repisou discursos antigos, que já repetira em outros lugares, dando seqüência à estratégia do Vaticano, de reforçar a ala conservadora da Igreja no Brasil (**na pág. 4**, junto com o bispo Edir Macedo, chefe da Igreja Universal do Reino de Deus, que se diz perseguido por estar ganhando o rebanho do papa).

O EDITOR



HONESTOS E COMPETENTES

Após os últimos acontecimentos envolvendo a administração popular de São Paulo, demonstrando que a verdade e a justiça podem prevalecer apesar do cerco dos órgãos de informação, acredito ser necessário reverter a avaliação que temos feito das administrações dirigidas por petistas... Honestos e competentes: esta é a palavra de ordem para reverter a imagem que corre entre nossos militantes. Por excesso de vontade de acertar, várias vezes nos martirizamos pela miragem do idealizado não ter se confirmado no mundo cotidiano real, do possível. O que não quer dizer, em absoluto, que fracassamos: apenas que exageramos na projeção do possível.

As enormes tarefas enfrentadas nesta gestão jamais foram enfrentadas em administrações anteriores: reformas básicas urbanas, planos diretores, reformas de códigos de obras, legislações novas de proteção ambiental e de controle da poluição visual, moralização da gestão, geração de novas fontes de recursos para implementação de obras de interesse social, democratização do processo de gestão, busca de reforma do funcionalismo (...) Em todos esses campos, os conflitos são imensos. Não viemos buscar o consenso, até porque ele é autoritário e antidemocrático; aqui estamos para defender os interesses das maiorias, dos desprivilegiados, e é nessa direção que se pontuam as diretrizes básicas de gestão. Acredito que, mesmo premidos por uma demanda de carências a suprir, estamos dando resposta às questões existentes.

ROBERTO MACFADDEN
SÃO PAULO, SP

MÁRCIO SOUZA E DRUMMOND

Ô Márcio, na tua entrevista (nº 0), dizes que o Drummond escreveu discursos fascistas para o Ministro da Educação do Estado Novo, Gustavo Capanema. Não me consta que o Capanema fosse fascista, nem que o Drummond tenha escrito discursos fascistas. Aliás, nem sei se é o caso de chamar o próprio Estado Novo de fascista, embora fosse reacionário e ditatorial. O que sei de

Drummond no Ministério é que ele copiava com papel carbono poemas que enviava aos amigos, que os recopiavam e passavam adiante, numa espécie de Corrente de Santo Antônio progressista. Versos como estes - "E com asas de prudência, / com resplendores covardes, / atingiremos o cimo / de nossa cauta subida" - passaram pelas vistas grossas do Capanema, que devia saber da história, pois não era tolo. Quem sabe até os lesse, pois o Capanema era um ministro que lia.

FLÁVIO AGUIAR
SÃO PAULO - SP

BRASIL PASSADO

Sugiro que se mude o nome do jornal "Brasil Agora" para "Brasil Passado". Qualquer ser racional escolarizado que lê o nº 0 do "Brasil Agora" e conheceu o Pasquim na década de 70, pensa de imediato que aquela publicação está sendo reeditada. O jornal é feio, com manchetes pouco criativas, capa poluída e, o mais grave, matérias sisudas, passadas, uma mistura de reportagem com artigo, notícia. Um aspecto positivo único é o caráter informativo de algumas matérias. (...)

O preço precisa ser simpático. Hoje é muito caro para um brasileiro simples, militante, pobre, classe média, etc., comprar o jornal. Ah! ia me esquecendo: mais informação e menos opinião.

CANTÍDIO SOUSA FILHO
TERESINA - PI

LIMPEZA

Gostei do veículo limpo, com informações densas e atuais, porém este esquema de manchete única passa uma idéia de que o jornal só aborda aquele assunto com profundidade, mas não é isto que o jornal quer. Uma outra postura "chave" é a entrevista com pessoas conhecidíssimas e carismáticas e etc... São fórmulas utilizadas pelo Pasquim, Opinião, Movimento... veículos que foram contundentes nas suas épocas.

TADEU COSTA
SÃO PAULO - SP

ALGUMAS CRÍTICAS

É com imensa satisfação que vimos surgir o Brasil Agora. Gos-

taria, entretanto, de fazer algumas críticas: 1) O jornal está muito pesado. Mesmo sendo dirigido a um público acostumado à leitura, sua manipulação é desanimadora. Há muito texto. 2) Alguns artigos e talvez mesmo a entrevista estão mais para revista do que para jornal. 3) O artigo "Mexeram em vão com a vida dos brasileiros", bem como outros, repete idéias já veiculadas pela grande imprensa.

ERMÍNIA MARICATO
SÃO PAULO - SP

ERRATA

A matéria "Fiocruz incomoda muita gente", publicada no nº 1, creditada a Márcio Bueno, na realidade foi editada a partir de um texto de sua autoria, mas não é do próprio Márcio Bueno.

BRASIL AGORA AGRADECE

Anotamos o recebimento de sugestões editoriais de Maria do Rosário Caetano e Hélio Lopes dos Santos, de Brasília.

DERRAPAMOS

Vários leitores escreveram reclamando dos erros gráficos e tipográficos do Brasil Agora nº 1. Entre os inúmeros, lembramos dois: um aritmético, outro exagerado. Na matéria "Articulação pela base", o texto começa com a seguinte pérola matemática: "Trinta dos 12 membros...", onde deveria se ler "trinta dos 32 membros". E nas páginas 6 e 14, repetem-se as mesmas notas. Como o excesso não permite justificativa, melhor ficar no registro, e acentuar nosso empenho para evitar um bis.

EM NOME DE CRISTO

Era uma vez uma cidade...

média baixa.

Era uma vez um povo...

Os homens com cicatrizes feitas pelas últimas lutas nos sindicatos, nas fábricas e nas ruas da velha-nova Ipatinga. Os jovens confraternizavam sonhos numa cidade humana, livre, democrática e socialista. As crianças viam nascer a esperança em cada novo dia que explodia a claridade do sol, em cada noite que salpicava o chão amado de frestas vindas do brilho do sorriso da luta.

De outro lado, a Usiminas dando lucros, revertia em mais empregos aos homens e em segurança para as economias das donas-de-casa. Uma empresa estatal sim, e sem dúvida uma das mais organizadas do país. E só para posicionar-nos melhor o assunto: uma empresa estatal é como se fosse um bolo dividido em milhares de fatias, uma para cada cidadão.

Mas eis que surge um monstro...

Um monstro capitalista saído das urnas de 1989, cantando mentiras, iludindo, enganando, roubando as economias poupadas em muitos meses ou anos de trabalho da classe

Agora, esse monstro, através de campanhas e propagandas de TV, onde os garotos propaganda são pessoas desconsentizadas, leigas e sem personalidade, tenta assim dizer à grande massa mais uma das suas... a fim de pegar esse bolo que é a Usiminas e tirar das bocas das famílias que trabalharam anos e anos e deram parte de suas vidas para que fosse essa potência hoje, e juntar todas as fatias em dois ou três pedaços e entregar nas mãos de empresários.

Esse ato do presidente, companheiros, é a mais clara e criminosa concentração de riquezas. E por isso nosso país continuará sendo um dos países que mais concentra riquezas no mundo, ou seja: uns ricos cada vez mais ricos e uns pobres cada vez mais pobres e miseráveis.

Por isso, imploro em nome de Cristo.

Ó! Senhor! Salvai a Usiminas das mãos do grande usurpador.

JOSÉ AMARO DA SILVA
TRÊS MARIAS, MG

DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO.

EDITOR DE ARTE: JOCA PEREIRA. **COLABORADORES:**

ALÍPIO FREIRE, ALAN RODRIGUES, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CANDIDO, ANTONIO CARLOS FON, AUREA LOPES, BERNARDO KUCINSKI, BEATRIZ PESSÔA, BRENO ALTMAN, CARLOS THOMPSON, CELSO

HORTA, CELSO MADEIRA, CÉLUS, CÍNTIA CAMPOS, CRIDIONOR DA SILVA, DENISE NEUMANN, DINORAH PERLATO PINTO, ELIZABETH TOGNATO, EMÍLIO ALONSO, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FLAMARION MAUÉS, FLÁVIO AGUIAR, FLÁVIO LOUREIRO, GENARO URSO, HAMILTON DE ALMEIDA, HÉLIO DOYLE, IVAN SEIXAS, ISAAC ACKSELERUD, JACA, JAYME LEÃO, JOÃO ANTONIO, JORGE NUNES, JOSÉ ROCHA, JUAREZ GUIMARÃES, JUSTINO PEREIRA, LUIS CARNEIRO, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO ANTONIO SCHUSTER, MARCOS SOARES, MARIA RITA KHEL, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND, MARINGONI, MARIZA DIAS COSTA, MARCUS SOKOL, MARTIN KOVENSKY, MIADAIRA, MILTON SOARES, MOUZAR BENEDITO, OHI,

BRASIL
AGORA

PATO, PATRÍCIA CORNILS, PAULO BARBOSA, PAULO ZILBERMAN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGÉRIO SOTTILU, SAITI, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, VALTER POMAR, VERA ACIOU, WALTER ONO, WELLINGTON DE ALMEIDA, WLADIMIR POMAR, XANGAI.

GERÊNCIA-GERAL: HUGO SCOTTE. **ADMINISTRAÇÃO:**

MARIA ALICE DE PAULA SANTOS. **SECRETARIA:** ADÉLIA CHAGAS. **REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:** ALAMEDA GLETE, 1.049 - CEP. 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 220-7198/222-6318. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL. **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** CACO BISOL E JOTA (CONSULTORIA: MAURO OLIVEIRA). **DIGITADORAS:** ELIZABETE DELFINO DA SILVA E PATRÍCIA TANIGAWA. **COPIDESQUE E REVISÃO:** PÉROLA PAES E ROSIMEIRE RIBEIRO. **FOTOLITO:** ED ARTE. **IMPRESSÃO:** FTD.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35.000 EXEMPLARES. ESTE JORNAL FOI IMPRESSO NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 1991.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: RUI FALCÃO.

Fidelidade na marra, não!

Até a virgindade da mulher é exigida por lei. As deputadas petistas querem mudar isto

A fidelidade conjugal é uma questão de foro íntimo dos casais, não é, portanto, algo que se possa obrigar por lei. Este conceito dá base à mais polêmica das doze emendas que a bancada de mulheres do PT, formada por cinco deputadas, apresentou para alterar o texto de um Projeto de Lei do Executivo enviado à Câmara dos Deputados no final do governo Sarney, em que se propõe modificações na Lei de Introdução ao Código Civil e no próprio Código.

A fidelidade sairia da lei, sendo substituída pela figura do "respeito mútuo", coisa que não deve contar com a simpatia dos parla-

mentares mais machistas, que endossam o tradicional método de resolver "na porrada" as questões domésticas (isso sim extrapola a questão de foro íntimo).

Entretanto, esta necessária modernização da lei encontra uma resistência conservadora que não se restringe aos homens: a deputada Ângela Amin (PDS-SC) se diz indignada com a proposta. Indagada se sua posição não estaria um pouco fora da realidade, ela afirmou com todas as

forças que "estando ou não fora da realidade, a lei deve ser preservada."

EXCEÇÃO - Sandra Starling (PT-MG) não se mostra surpresa com a reação de Ângela Amin. Segundo ela, a deputada do PDS catarinense foi a única parlamentar da Câmara que se negou a assinar um pedido de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a violência contra a mulher. Esta CPI, pro-

posta por Sandra em conjunto com os deputados Eduardo Jorge (PT-SP) e José Fortunati (PT-RS), já conta com o número necessário de assinaturas para ser instalada. Sandra pretende investir mais neste tema. Vai pedir o desarquivamento de um projeto do ex-deputado Genival Tourinho, que revoga o direito ainda existente do marido anular o casamento ao "descobrir" que a mulher não casou virgem. Outro projeto da deputada definirá como crime o constrangimento sexual que muitos patrões - que talvez até se digam a favor da pena de morte aos crimes de estupro (de suas filhas) - impõem às suas empregadas.



AGÊNCIA FOLHAS/TULIA MARQUES

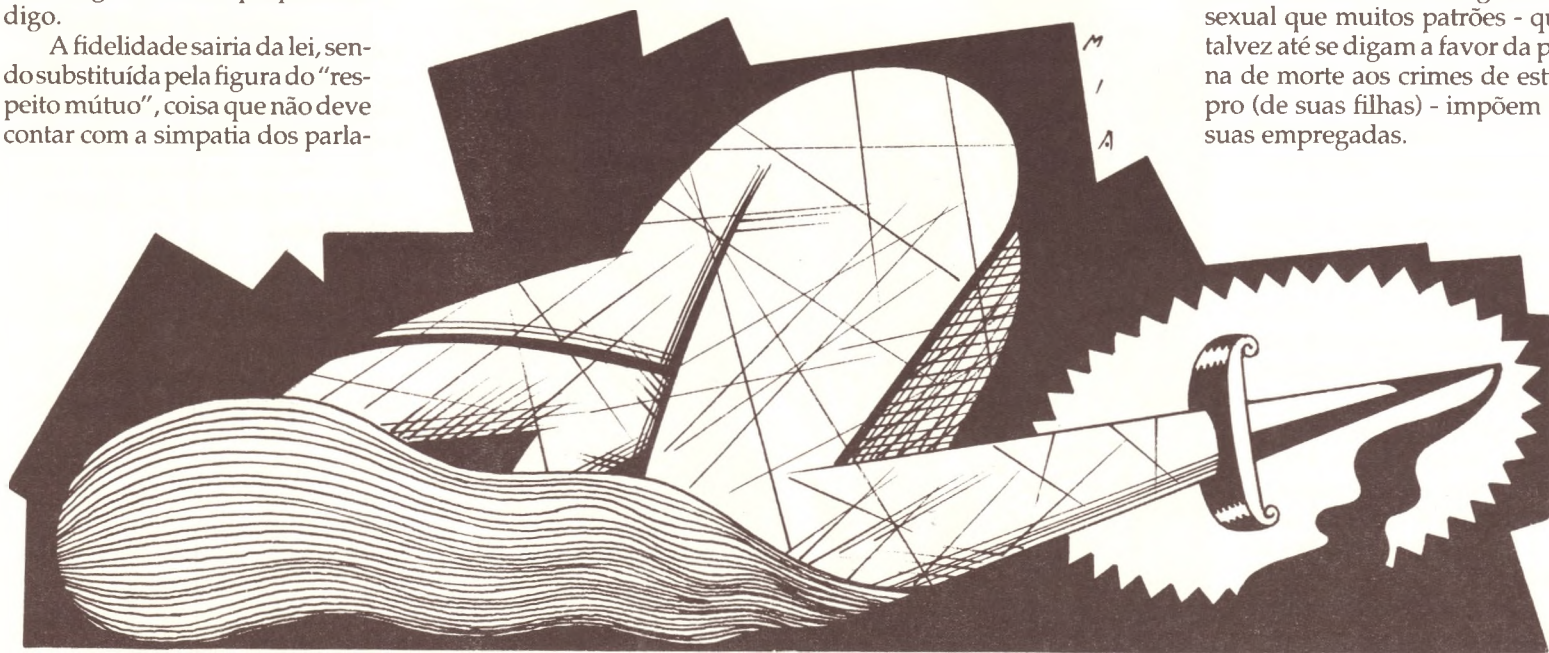
Treze governadores, vinte secretários estaduais de Educação, dezenas de deputados, mais Collor e dona Rosane: o Ciac número um, primeiro de um imenso projeto de centros de apoio à criança, foi inaugurado no último dia 18 com uma grande festa política, a um custo de perto de 1 milhão de dólares, depois de apenas 85 dias de construção, com alunos requisitados de escolas vizinhas, na pobre Vila Paranoá, único local em Brasília em que Collor ganhou os dois turnos da eleição presidencial. Só faltou o papa, que foi convidado e não aceitou estar presente; mas benzeu a maquete no Palácio do Planalto e mandou de presente para o centro inaugurado uma imagem da Virgem Negra de Czetokawa, santa polonesa de prestígio revigorado por esses anos de capitalismo triunfante.

O AMORE E OS DÓLARES

Os discursos de amor pelas crianças como os pronunciados na Vila Paranoá vão se espalhar nos próximos meses por todo o país, graças a 1.700 outros Ciacs que já tiveram concorrências definidas e cujas cerimônias de inauguração se darão no próximo ano - ano de crise, de eleições e de festa para alguns. 1 bilhão de dólares já estão comprometidos nas obras desses Ciacs, com empreiteiros de norte a sul do país.

OSSONHOS DE BRIZOLA

Os Ciacs são filhos dos Cieps, cartão de visitas do governo Brizola. Na cerimônia de inauguração, depois de dias de intensos contatos com Collor, Brizola compareceu. Disse que os Ciacs são resultado de "um sonho comum" dele e do presidente. No mesmo dia Brizola deveria estar falando no comício contra a privatização da Usiminas, que havia convocado e desmarcou. Trocou de sonhos: tinha sonhado, dias antes, com a idéia de levar o povo às ruas para defender a soberania do país. (ver matéria na página 8).



MADAIRA

Rio-92: ecologia ou turismo?

As preocupações oficiais estão mais para a festa do que para as decisões

O Rio de Janeiro já começou a se preparar para se tornar, de 1º a 13 de junho do próximo ano, a capital do planeta Terra. Para sediar a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, a Rio-92, a cidade se converteu num vasto canteiro de obras. Os governos federal e estadual, juntos com a prefeitura, organizam a "festa" nos mais diversos níveis. O presidente do Grupo Nacional de Trabalho da Conferência do Rio, Carlos Garcia, anunciou que o governo brasileiro irá gastar Cr\$ 15 bilhões com o evento, sendo 60% deste total para a segurança. O orçamento depende agora da aprovação do Congresso. E se tudo correr dentro das previsões de Garcia, a verba será liberada já no próximo dia 1º de novembro.

Naturalmente, um encontro da magnitude do Rio-92 não pode se resumir a aspectos logísticos e de infraestrutura para receber os convidados. Até agora, no entanto, as autoridades parecem mais preocupadas em montar um grande espetáculo de pirotecnia do que com a Conferência em si. A julgar pelo próprio anúncio sobre as verbas, o governo demonstra nenhuma preocupação com a participação da sociedade civil que se organiza através das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Até agora, o Brasil não

concedeu nenhum recurso às ONGs, que terão uma missão de alta relevância em termos de fiscalização e de pressão na Rio-92.

ACORDOS LIMITADOS

Embora não se deva criar expectativas sobre grandes mudanças em termos globais nas questões ambientais e de desenvolvimento - até porque seria necessária uma transformação do atual modelo de produção industrial no mundo - alguns acordos e concessões poderão ser alcançados, como explica Lizi Vieira, membro da Coordenação Nacional do Fórum das ONGs brasileiras e representante do Fórum do Grupo de Trabalho Internacional.

O sucesso efetivo da Rio-92 será decidido em Nova Iorque, no próximo mês de março, na última reunião do Comitê Preparatório da ONU. As reuniões feitas em agosto e setembro em Genebra não determinam se ela será realmente um marco para a história da humanidade (ao menos em termos de concessões à sociedade civil organizada nas ONGs) ou um retumbante fracasso.

Nos bastidores da Rio-92, observa Lizi Vieira, os países polemizam em torno de várias questões. Os EUA, dos mais intransigentes, não aceitam fazer



concessões que permitam a redução do cloro-flúor-carbono no ar, o gás que destrói a camada de ozônio e que provoca o efeito-estufa.

Já os países do Hemisfério Sul, onde se inclui o Brasil, são acusados de destruí-

rem suas florestas (que devem ser consideradas patrimônio da humanidade) e conseqüentemente de provocarem o efeito-estufa.

Na verdade, os dois lados evitam questionar o modelo de desenvolvimento industrial que, seja através do cloro-flúor-carbono ou de queimadas, resulta em grandes danos ao planeta. O Norte quer continuar seu "desenvolvimento" e o Sul almeja seguir o mesmo modelo, apesar de uma eventual retórica ambientalista.

DESPOLITIZAÇÃO. É neste contexto que as ONGs se mobilizam para agir na Rio-92. O objetivo, assinala Lizi Vieira, não é fazer turismo no Rio, mas realizar um evento político em que a sociedade mundial organizada seja ouvida e levada em conta. A mídia terá um papel muito importante: se priorizar apenas o lado oficial da Conferência (Bush, Gorbachev & Cia.) estará contribuindo para a despolitização da Rio-92. Dar espaço para elas, não colocando-as

apenas como organizadoras de eventos paralelos, mas como participantes com real poder de pressão, é de fato ajudar que a Rio-92 se torne um marco para história da humanidade.

MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND, DO RIO



LUIS CARNERIO

MILIONÁRIOS, WELCOME!



Pelas leis invisíveis do mercado, quem tem dinheiro pode mais, mesmo que as leis escritas determinem a igualdade de todos. A nova lei de imigração dos Estados Unidos, que começou a vigorar em outubro, no entanto, favorece explicitamente a quem tem grana: quem pode investir 1 milhão de dólares e empregar pelo menos dez pessoas, tem assegurado o green card (cartão-verde) que dá direito à residência permanente no país e, após cinco anos, à cidadania americana. A lei amplia o número de imigrantes aceitos (de 500 para 700 mil nos próximos três anos), privilegia os profissionais formados e o seu principal critério de admissão ainda continua sendo o de permitir o ingresso de quem tem parentes no país.

EUROPEUS, WELCOME!

Nos últimos anos alterou-se completamente a composição racial da imigração para os EUA: entre 1955 e 1964, 50% vinham da Europa; em 1989, os europeus passaram a ser apenas 8%, os asiáticos subiram para 29% e os canadenses, mexicanos e centro-americanos passaram a ser 56%. Para incentivar a imigração européia, nas novas cotas de imigração, 40 mil vistos ficaram reservados para alguns países, especialmente europeus. Com um detalhe: o cidadão tinha de ganhar uma estranha loteria: ter sua carta sorteada entre as 40.000ésimas primeiras a chegar ao posto de correio de Merifield, a 30km de Washington, após a meia-noite do dia 14 de outubro passado. O lugarejo virou um imenso acampamento. Mas esta forma de seleção também ficou longe de ser democrática. Além da preferência européia, 16 mil cartões foram destinados aos irlandeses, que formam o contingente maior dos antigos imigrantes ilegais dos EUA: 100 mil pessoas.

ESTRANGEIROS? UNI-VOS!

Os chanceleres do Magreb - Argélia, Tunísia, Marrocos -, reunidos em Rabat no último dia 10, pediram à Comunidade Européia uma *Carta de Direitos* para os trabalhadores de seus países que emigram para a Europa e, hoje, são vítimas de discriminação.

A NOTA RUIM DE REAGAN E BUSH

Faz sucesso nos EUA o livro do educador Jonathan Kozol, autor de *Savage Inequalities*, diz a revista *Time*. Após dois anos de pesquisa, ele fez uma exposição devastadora dos extremos de riqueza e miséria nas escolas americanas. Uma de suas conclusões: para o ensino público americano, a dupla Reagan-Bush significou "um retrocesso de cerca de cem anos".



A mão direita do papa

Sem muito espaço na mídia, a visita de João Paulo II reforça o clero conservador

A segunda viagem do papa João Paulo II ao Brasil, entre 12 e 20 de outubro, teve caráter estratégico. Seus discursos evidenciaram um reforço à linha conservadora da Igreja, que ele espera ver adotada na 4ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, a se realizar em 1992 na República Dominicana. A Conferência tem como tema os 500 anos da presença da Igreja Católica no Continente e vai redefinir os rumos da Igreja aqui. A Santa Sé busca uma "nova evangelização", com o reforço da mística e da espiritualidade, em detrimento da chamada "opção preferencial pelos pobres".

Ação de João Paulo II reafirma um projeto de "uniformização" que fortalece a obediência, a subordinação das chamadas igrejas locais (de cada nação) à Santa Sé, reforça a figura do papa e impõe o centralismo, com o conseqüente enquadramento dos setores "progressistas" às determinações de Roma.

Esse projeto já resultou na crescente nomeação de bispos conservadores ou, no máximo, moderados (71% do total entre 1978 e 1990), na divisão da Arquidiocese de São Paulo, em 1989, com a conseqüente diminuição do poder de dom Paulo Evaristo Arns, nas punições ao teólogo franciscano Leonardo Boff, nas limitações e censura às publicações e manifestações de teólogos de todo mundo e no fechamento de seminários "progressistas", dois deles em Recife.

CRÍTICAS - Ainda no início deste ano, o Vaticano armou sua ofensiva contra três seminários sob o comando do cardeal e arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider. A Congregação de Educação Católica do Vaticano pediu a Lorscheider o afastamento de três professores e considerou "nociva" a utilização de obras de teólogos "progressistas" como Leo-



A COR DO DINHEIRO DO BISPO

O Estádio do Maracanã, que há muito tempo não lota para ver uma boa partida de futebol, tinha muita gente saindo pelo ladrão em meados de outubro, em virtude de um espetáculo que nada tinha de futebolístico. Como que mostrando ao papa a força das seitas que provocaram em parte a sua vinda aqui novamente, adeptos da Igreja Universal do Reino de Deus lotaram o estádio em apoio ao seu bispo Edir Macedo, que não compareceu por estar ameaçado de prisão, por não ter ainda explicado a origem de 45 milhões de dólares (ou 38 milhões, segundo os números oficiais) usados na compra da TV Record de São Paulo.

Recheia, ainda, as acusações ao bis-

po, a denúncia de seu ex-braço direito, Carlos Magno de Miranda, que conta ter recebido, do Cartel de Medellín, 1 milhão de dólares em donativos para compra da emissora de TV, tentando assim envolver o bispo da Igreja Universal com o tráfico internacional de cocaína.

A seita tem 830 templos espalhados pelo mundo e entre suas propriedades incluem-se 13 emissoras de rádio, uma TV, construtora, corretora de valores e gráfica. Segundo o bispo Edir Macedo, que aproveitou a

nardo e Clodovis Boff, Gustavo Gutierrez, Joseph Comblin e Enrique Dussel.

Em seus discursos aqui, o papa pediu uma reforma agrária moderada, fez objeções ao capitalismo selvagem e disse que falta moralidade administrativa em países como o Brasil. Mas marcou mais seus discursos com críticas à Teologia da Libertação e condenou invasões de terras, o aborto, o divórcio e o uso de anti-concepcionais, além de advertir os padres para que se afastem de ações políticas.

Contraditoriamente, todos os seus discursos no Brasil falaram de política. Ele discursou como chefe religioso, e não de Estado, mas ditas por bispos ou padres, suas palavras poderiam ser vistas como ingerência na vida política do país.

DESAGRADO - Não sendo mais novidade no país e sem ter tido muita repercussão na mídia, desta vez, João Paulo II encontrou novamente fome e miséria no Brasil. E também uma Igreja que perde espaço para seitas e sem o mesmo poder de mobilização. As Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), que já foram cerca de 200 mil, com no mínimo 30 integrantes cada, hoje não ultrapassam, segundo dizem, o número de oito mil.

Nesta sua andança, o papa tirou da gaveta discursos já repetidos em suas 52 viagens anteriores, e desagradou, entre outros, os índios de Cuiabá, quando elogiou o "espírito missionário" dos descobridores da América, pouco depois de líderes indígenas terem denunciado o massacre de que foram vítimas nos 500 anos de domínio europeu.

Na avaliação de teólogos e religiosos identificados com a Teologia da Libertação, a doutrina social da Igreja, a se julgar pelos discursos de João Paulo II, está muito aquém do que foi no Brasil, por exemplo, o governo do "conservador" José Sarney.

CPI da Corrupção no Congresso para fazer um sermão e ganhar a solidariedade dos parlamentares evangélicos, "o dinheiro é uma ferramenta sagrada que Deus usa em sua obra". E se alguém reclamar da origem das "ferramentas", é só lembrar que Deus construiu o mundo ignorando exigências de licitações públicas, alvarás de prefeitura e relatórios de impacto ambiental. Sempre que se suspeita da origem do dinheiro que usou para comprar a TV Record, o bispo fala da riqueza da Igreja Católica, o que faz supor que ele credita sua "perseguição" ao fato de estar ganhando o remaninho do papa e o dinheiro que vem com ele. Mas em outros meios, há quem desconfie que a ação da Justiça para apurar as caridosas fontes de receita da Igreja Universal tenha outro motivo: atingir, por tabela, o presidente nacional do PMDB, Orestes Quêrcia, a quem interessaria ter acesso privilegiado a uma rede de TV.

A reforma esvaziada

Os dados comprovam: governo Collor consegue distribuir menos terras do que Sarney

Desde a assinatura do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 10/10/1985, pelo ex-presidente José Sarney, outubro tornou-se o mês de avaliação do que se fez, e principalmente, do que se deixou de fazer em relação à luta pela terra. E agora, passados seis anos, a constatação mais evidente, comparando-se os governos Sarney e Collor, é que o primeiro fez muito pouco, e este fez menos ainda.

As metas do PNRA para o governo Sarney, de assentar 1,4 milhão de famílias em 43 milhões de hectares (ha), foram consideradas muito tímidas na época, frente à demanda (superior a 5 milhões de famílias sem-terra ou com pouca terra).

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão encarregado da execução do programa, foram necessários cinco Ministros da Reforma Agrária para serem assentadas 57 mil famílias até o final de 1989 e serem desapropriados 4,7 milhões de hectares, e deste total conseguiram a imissão de posse de 3,2 milhões (imissão é a autorização legal para se tomar posse da terra, pois não basta desapropriar).

A essa herança, inferior a 5% da meta de famílias assentadas, soma-se um estoque de 607 áreas com processos em tramitação, totalizando 5,8 milhões de hecta-



Sai governo, entra governo, para eles pouco mudou

res, recebidos por Collor.

A imprensa tem noticiado o assentamento de 116 mil famílias durante o governo Sarney e 106 mil no ano passado. Ambos os números são falsos, segundo os dados do próprio Incra. A área total desapropriada por Sarney - 4,7 milhões de ha. - tinha capacidade para 116 mil famílias. Não assentaram este total porque houve imissão de posse de 3,2 milhões de ha. e não dos 4,7 milhões.

NEGOCIATA - O governo Collor também não assentou 106 mil famílias; ele distribuiu títulos - podem até ter sido 106 mil - a assentados antigos, numa operação chamada de regularização fundiária.

Collor não assentou nem desapropriou nada em 1990, apesar da "herança" recebida, de 5,8 mi-

lhões de ha. em tramitação. Alegou impedimento legal, porque os artigos 184 e 185 da Constituição ainda não foram regulamentados. Em março deste ano, desapropriou 19 mil ha., com capacidade para 432 famílias. Promessa cumprida.

O presidente fala ainda em assentar 380 mil famílias até o final do seu governo, mais 120 mil em projetos de colonização, e alardeia que desapropriará 6 milhões de hectares até o fim deste ano. A iniciativa de expansão do projeto Parceria, com os latifundiários, alugando terras ociosas a quem for trabalhá-las, é ótimo negócio para eles, que ganham até com a diminuição do Imposto de Renda que teriam a pagar, mas esta iniciativa vai contra a Reforma. Collor não executou ju-

dicialmente os 120 mil devedores do Imposto Territorial Rural (ITR), porque a grande maioria é de latifundiários. Estudo do economista Carlyle Vilarinho comprova que 97,5% dos latifúndios por exploração não pagam o ITR, e afirma que não houve arrecadação de 75% do total emitido do imposto de 1988.

SONEGAÇÃO - Descobriu-se, em 1985, que os latifundiários não pagavam o ITR. Acumulavam essas dívidas, e depois o governo, bondosamente, os perdoava. Essa prática foi então suspensa, mas nos últimos cinco anos há um acumulado que passa de 500 milhões de dólares, dinheiro

que poderia ser utilizado para viabilizar a reforma agrária. Somando uma série de artifícios, os latifundiários, ainda segundo Vilarinho, acabavam calculando o imposto a pagar com base em 0,044% do preço médio de mercado das suas terras.

Essa situação de esvaziamento das ações do governo tem a ver com o esvaziamento da própria luta por reforma agrária, em grande parte porque a esquerda "urbana" praticamente abandonou os trabalhadores rurais sem-terra, deixando-os sozinhos em suas mobilizações de massa e nos enfrentamentos com o poder.

O drama dos assassinatos sob "encomenda", de lideranças rurais continuaria existindo, se esses padres, deputados, advogados e dirigentes sindicais atuassem nas grandes cidades?

A estrada da dúvida

Seringueiros e índios também querem a BR-364 asfaltada, mas pedem antes precauções contra devastadores

Estrada da esperança ou simplesmente um meio fácil e rápido para a destruição de milhões de hectares de florestas bem no coração da Amazônia? Esta é a polêmica que cerca o asfaltamento do último trecho da BR-364.

Ecologistas e empresários enfrentam-se há vários anos numa batalha de interesses onde ninguém é contra o asfaltamento da estrada, mas cada um quer fazê-lo a seu modo: uns destruindo em nome do "progresso", outros preservando a floresta e respeitando a vida de seringueiros e índios.

Essa luta vem desde 1962, quando se iniciou a construção da BR-364, em Ituiutaba (MG), com a finalidade de integrar a Amazônia e desafogar a pressão dos milhões de sem-terra no sul do país.

Desde então, a estrada facilitou uma onda de devastação que percorreu os Estados de Mato Grosso e Rondônia, nos anos 70 e 80. Mas só em 1988, a partir de uma denúncia de Chico Mendes, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - suspendeu os recursos previstos para a estrada.

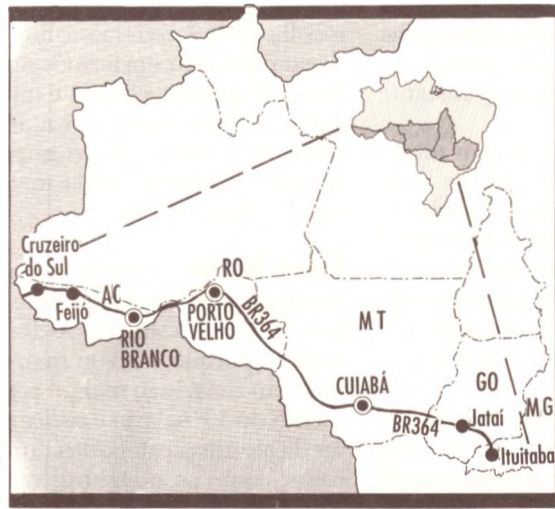
Os 562 km que vão de Porto Velho (RO) a Rio Branco (AC), estão em fase final de asfaltamento, mas os 672 km. que cortam o Acre - de sua capital até a cidade de Cruzeiro do Sul, no extremo oeste - ainda são causa de polêmica.

Feijó: "Da minha colocação até a cidade são dois dias e meio de canoa. Não tem escola nem posto de saúde, e o preço da borracha é muito baixo; por isso muita gente está abandonando os seringueis. Se a gente tivesse estrada, poderia plantar mais arroz e feijão, na certeza de não perder por falta de transporte. Vendendo mais, poderemos comprar mais comida e escapar do patrão. Dizem que a estrada vai piorar a situação.

Não sei não, mas o certo é que tenho medo. Antonio Macedo, membro do Conselho Nacional dos Seringueiros, explicou o motivo do medo: "Só a BR-364 não resolverá o problema de índios e seringueiros, mas nós precisamos dela.

Nunca fomos contra o asfaltamento, mas ele deve ser feito

to somente depois que todas as reservas indígenas, extrativistas e áreas de preservação tiverem sua demarcação definitiva. Sem isso, o Acre será devastado tal qual Rondônia ou Mato Grosso."



CONTRADIÇÃO - Índios e seringueiros desejam a estrada, mas temem sofrer os efeitos negativos sobre suas vidas, como explicou o seringueiro José Antonio da Silva, morador no Rio Jurupari, em

o motivo do medo: "Só a BR-364 não resolverá o problema de índios e seringueiros, mas nós precisamos dela. Nunca fomos contra o asfaltamento, mas ele deve ser feito

AGANG DOS RORIZES

A gang de Alagoas é pouco? *Queres más?* Tome, então, uma gang do planalto, ligada ao governador Joaquim Floriz. Agindo como membro dessa curriola, o prefeito de São José dos Campos, Pedro Yves, em apenas cinco dias e contrariando parecer técnico, autorizou a construção de quatro torres com 512 apartamentos no famoso *banhado*, a bela depressão que a cidade vê em panorâmica e por onde correm as águas do Rio Paraíba. O senador Suplicy esteve no local, no mês passado, apoiando moradores ameaçados de expulsão pelos *Rorizes* - Leo, Alice e Laudemiro, donos do terreno, da empreiteira e da maracutaia.

O PILOTO E O SEM-TERRA



A assinatura de Alan Prost está entre as das personalidades francesas que assinaram o manifesto pela libertação de Oti Finkler, preso em janeiro de 1990, no município de Castro, no Paraná, acusado de assassinar. Finkler é líder do Movimento dos Sem-Terra no Estado. Estava preso há 16 meses. O manifesto, com a assinatura do piloto da Ferrari, chegou em junho ao Brasil. Imediatamente Finkler foi solto. Em matéria de reforma agrária, Prost está muito bem.

DIZ-ME, COLLOR: COM QUEM ANDAS?

Ao buscar em Alagoas um herói para salvá-la da ameaça da esquerda, nossa elite trouxe um Salvador da Pátria. E seus acompanhantes. É gente braba: 1) dois seguranças dos filhos do presidente morreram assassinados; 2) a polícia federal liquidou - sem necessidade alguma, segundo várias testemunhas - o Maurinho Branco, que tinha plano para seqüestrar os filhos do presidente; 3) o usineiro João Lira, financiador de Collor, mandou matar e dar fuga a outro ex-segurança de Collor que se tornou amante da mulher de Lira; 4) o irmão de Rosane, mulher do presidente, ameaçou de morte o prefeito de Canapi; um fazendeiro e um primo do rapaz, Joãozinho, mataram um fiscal da receita que criticou a corrupção na LBA sob a gestão da primeira dama.



O ESPAÇO É DELES

A URSS ofereceu tanto as opções ideais, do ponto de vista técnico, quanto opções competitivas, em termos de custo. Mas a dependência brasileira - da tecnologia, dos créditos e da boa vontade americana - pesou mais: a *Orbital Science Corporation* ganhou da soviética *Glav Kosmos* a disputa pelo lançamento do satélite brasileiro. O anúncio foi feito pela Aeronáutica aos parlamentares que visitavam a base de Alcântara, no Maranhão. Os soviéticos propuseram montar o foguete no Brasil e lançá-lo de Alcântara, por 35 milhões de dólares. Também lançariam o foguete de um submarino soviético nas costas do Maranhão, a um custo equivalente ao da proposta americana: 11,5 milhões. O satélite será lançado por míssil disparado de avião que decolará da base da **US Air Force**, na Flórida.

DOPÉSSIMO AO RUIM

No Brasil, além de a distribuição de riqueza entre os salários dos trabalhadores e as rendas dos proprietários - juros, aluguéis e outras rendas - ser péssima, também a distribuição entre os salários é ruim. Pesquisa da empresa de consultoria americana *Towers Perrin* mostra o Brasil em penúltimo lugar quando se toma a menor distância entre o salário do operário especializado e a do presidente da empresa como referência. No Brasil, em média, o operário ganha 5.681 dólares por ano e o presidente, 376.780. O Brasil é praticamente o último, empatado com a Venezuela (67,1 e 67,3 vezes a distância entre os dois salários, respectivamente).

Em relação ao salário do operário especializado, o salário do presidente é:

De 8 a 10 vezes maior
Na Irlanda, Coreia, Suécia
Holanda, Alemanha e Suíça

De 11 a 20 vezes maior
No Japão, Canadá, Bélgica
Austrália, Espanha, Itália, Grã-Bretanha e França

De 21 a 50 vezes maior
Nos EUA, Cingapura
Hong-Kong e Argentina

De 50 a 70 vezes maior
No México, BRASIL e
Venezuela

BONSTEMPOS, OS DO FUSCA

Com os aumentos em série decretados nos últimos dias, a indústria automobilística brasileira chegou aos seus preços reais de mercado: o carro mais barato (entre o BR.800, Uno Mille, Uno Brio, Gol CL álcool) custa entre 90 e 116 salários mínimos. Há cinco anos, o VW Sedan álcool ou gasolina ficava por pouco menos de 53 salários mínimos. O que aconteceu? A indústria automobilística faz cada vez menos carros no Brasil e estes poucos estão cada vez mais voltados para os padrões do mercado mundial. Os brasileiros, por sua vez, estão cada vez mais pobres. E, portanto, cada vez mais distantes desse mercado mundial sempre mais restrito.



Privatização à paulista

Com o Fórum, Fleury tenta criar uma alternativa mais "competente" ao neo-liberalismo de Collor

Enquanto o presidente Collor se enrosca no enxugamento da máquina estatal e no atabalhoado programa de privatização de empresas, alguns governos estaduais não perdem tempo na escalada neo-liberal.

Em Pernambuco, o governador Joaquim Francisco (PFL) fechou 98 agências do Bandepe, o banco do Estado, e demitiu três mil funcionários. Em São Paulo, o governador Fleury (PMDB) cria o Fórum Paulista de Desenvolvimento e inicia uma espécie de "privatização branca": serviços antes prestados por estatais vão, aos poucos, passando para empresas privadas.

A política paulista de privatizações começou durante o governo Quércio, que após frustrar-se na tentativa de privatizar a corretora do Banespa, privatizou a Terrafoto - sofisticada empresa de aerofotogrametria - e a Vasp, da qual o Estado ainda detém 35% das ações. Criado em 1º de maio último, o Fórum tem um método diferente de trabalho. Ele agrega empresários e sindicalistas próximos ao quercismo e veio para dar um "choque de desenvolvimento", segundo Fleury. "O Fórum estuda formas de parceria entre o Estado e a iniciativa privada nas áreas de infra-estrutura", diz José Eduardo de Oliveira Lima, secretário-executivo da Assessoria de Assuntos Internacionais de Fleury e ligado ao grupo do vice-governador, Aloysio Nunes Ferreira, coordenador do Fórum.

PASSOS LARGOS. Embora ainda de-



Fleury e Quércio: privatização boa é privatização silenciosa

penda de algumas modificações em leis federais para se viabilizar plenamente, o fato é que o Fórum já deslanchou. No Metrô, por exemplo, os serviços de projeto e medição de obras já estão em mãos de particulares.

"No setor de obras já não há mais nenhum metroviário", queixa-se Wagner Gomes, presidente do sindicato da categoria. Mara Suzana Calor, assessora de transportes da bancada estadual do PT, preocupa-se com a privatização do serviço de medição, que segundo ela, é o que determina o preço final das obras do Metrô, cujo contrato é feito em aberto. "Fleury está entregando a empresas particulares um serviço que precisa ser feito por pessoas de extrema confiança", adverte ela.

O Fórum prevê a encampação de rodovias por empresas privadas, que cuidariam da manu-

tenção em troca da exploração de pedágios, postos de gasolina e hotéis, através de concessões por 20 anos. Fleury firmou também convênio entre Comgás, Petrobrás e iniciativa privada para a construção de um gasoduto da Bolívia até São Paulo.

COM OS CARGOS. A exploração de serviços ferroviários e de portos está nos planos da recém-criada Companhia Paulista de Desenvolvimento, *holding* que deve coordenar estas iniciativas. A Fepasa - Ferrovias Paulistas S.A. - já está praticamente pronta para ser privatizada. Pelo menos o seu setor de cargas, filão do negócio, no qual já teriam sido injetados 675 milhões de dólares, emprestados por empresas privadas. Para que o negócio se concretize, falta apenas livrar a empresa do seu lado deficitário, o transporte de passa-

geiros. Isso só não ocorreu ainda porque o PFL, que recebeu o comando da estatal em pagamento do apoio a Fleury, vem barrando o desmembramento da empresa, que lhe tiraria preciosos cargos.

OVOS DE OURO. O foco das atenções do empresariado, contudo, é a Cesp e a exploração de energia elétrica. O grupo Votorantim, da família Ermírio de Moraes, se interessa pela construção de hidrelétricas de pequeno porte para explorar, mas antes pleiteia uma revisão do valor das tarifas pagas pelos usuários. A Cesp, por outro lado, tem um patrimônio líquido de 1,45 bilhão de dólares, valor suficiente para atrair qualquer empresário. Na verdade, o Fórum seria "uma tentativa de criar uma hegemonia quercista que seja alternativa a Collor no país", analisa o economista Antonio Dória, responsável pela análise de políticas públicas da bancada estadual do PT. "Para isso", prossegue ele, "estão sendo mobilizados empresários de peso. E a privatização de empresas e serviços é uma das moedas de troca desse mini entendimento paulista."

Os resultados do "choque de desenvolvimento" de Fleury são questionáveis. A alardeada criação, por exemplo, de 50 mil empregos com a redução do ICMS para máquinas agrícolas não tem como ser mensurada nem provada, observa Dória. "Há no Fórum uma boa carga de marketing", denuncia ele. O fato, porém, é que a privatização paulista faz inveja a Collor.

JUSTINO PEREIRA

A recessão pisando fundo

As vendas de fim de ano não terão força para impedir o pior nem para deter o choque

Se o presidente Collor estiver falando a verdade, será violento o agravamento da recessão neste final de ano e, principalmente, no primeiro trimestre de 1992.

Collor assegura, em 1º lugar, que não haverá novo choque com o congelamento de preços. Depois, através do presidente do Banco Central, Francisco Gros, reafirma que a política monetária (leia-se política de juros astronômicos) será mantida.

Ele continua apostando na existência de três pressupostos básicos de curto prazo para a reversão das expectativas dos investidores internos e externos, que dariam a base para um novo ciclo de crescimento econômico:

1. Aprovação de alguma reforma tributária no congresso que produziria um aumento de receitas equivalente a pelo menos 1% do PIB. A carga recairia sobre parte dos assalariados até aqui isentos (todos que ganham mais de 3,5 salários mínimos pagariam imposto) e sobre micros, pequenas e médias empresas.

2. Fechamento de um acordo

provisório com o FMI e depois com os bancos credores, que recolocaria o Brasil na posição de tomador de recursos no mercado financeiro internacional.

3. Início efetivo das privatizações.

CONTRADIÇÕES. Obcecado por esta tese, Collor deixa espaço para uma piora considerável do quadro econômico. Por motivos já bastante conhecidos:

Os altos juros reais e nominais (em torno de 32% ao mês) continuarão inviabilizando as vendas a prazo do comércio, já bem enfraquecidas em razão do arrocho salarial. E também dificultam os negócios entre as empresas, dado o aumento dos custos financeiros.

O comércio reduz, então, as compras feitas à indústria, que por sua vez deixa de aumentar ou até corta a produção. É só observar que os preços não caem, uma vez que as empresas se ajustam em função de um patamar de oferta mais baixo.

A redução da produção e das vendas da indústria e do comércio resulta numa proporcional

queda de arrecadação de impostos como IPI e ICMS, diminuindo ainda mais a capacidade de consumo da União, Estados e Municípios. O Estado de São Paulo, por exemplo, perdeu quase 2 bilhões de dólares em ICMS nos primeiros meses de 1991. A queda de recolhimentos federais caiu, no mesmo período, em termos reais, 36,5%. É perversa ironia é que o Governo tenta recuperar a arrecadação aumentando os impostos que vão cortar ainda mais a renda da população.

FRÁGIL ALENTO - É preciso ponderar que o quadro ainda não é de todo dramático até o início de dezembro porque, bem ou mal, entram em cena, logo mais, o pagamento do 13º salário e os reajustes de algumas categorias numerosas, como os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos e químicos do Estado de São Paulo. Além disso, uma parte dos cruzados liberados acaba finalmente no comércio por força das compras de fim de ano. Assim, portanto, podem melhorar um pouco os negócios dos eletrodo-

mésticos, confecções e alimentos, por exemplo. Neste caso, iria empurrando as coisas com a barriga, deixando a hipótese de choque (congelamento de preços e/ou câmbio) para o início do ano que vem. O problema é que dificilmente haverá um crescimento substancial desses negócios neste fim de ano, porque tem havido perda real de salários e da massa salarial. E as vitrines expostas pela Brastemp (ver reportagem na pág.7) recolocam para os assalariados o medo do desemprego, que desaconselha o consumo.

O mais provável é que haja apenas alguma recuperação. Na melhor das hipóteses, repete-se a medíocre performance de 1990, com uma base de vendas baixa, insuficiente para que as empresas passem, com tranquilidade, os meses sazonalmente recessivos de janeiro a março. É justamente para esse período que se prevê o pior, com aumento de desemprego, falências e concordatas e, claro, a inflação. É desta hipótese de deterioração que ainda restam as chances de choque em 1991.

SÉRGIO SISTER

Mentiras e demissões

Os acordos são apenas para
a Brastemp ganhar tempo:
ela não cumpre

Elas mentiram três vezes. Primeiro, garantiram ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, que não haveria demissões em massa na empresa. Não era esta a intenção deles. Depois, deram férias coletivas para cerca de 80% dos trabalhadores, mas isso era parte de uma outra mentira: os que ficaram trabalhando, na verdade, estavam condenados previamente à demissão. No dia 15 de outubro, baixou o facão: foram 1.095 demitidos.

Sem outra ação possível, já que os companheiros que podiam solidarizar-se com os demitidos estavam de férias, Vicentinho entrou em greve de fome. (ver entrevista na pág. 16), e isso pegou mal para a empresa.

A solidariedade ao líder sindical e aos demitidos se espalhou e, depois de um telefonema da secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, os empresários toparam um acordo: no dia 18, sexta-feira, quarto dia da greve de fome de Vicentinho, eles anunciaram que negociariam com o Sindicato, procurando uma alternativa para as demissões. Era a terceira mentira.

Na segunda-feira, 21, os diretores da Brastemp reafirmaram as 1.095 demissões. Como a tática de dar férias coletivas aos trabalhadores, mantendo no trabalho os que já estavam marcados para sair, o "acordo"



Comandando a resistência às demissões, Vicentinho participa do "abraço à Brastemp".

da sexta-feira foi só uma manobra para acabar com a greve de fome que puxava um movimento de solidariedade aos trabalhadores. A "negociação" que a Brastemp aceita é "só" para o próximo golpe do facão: ela pretende chegar a 1.557 demitidos e, para esses quase 400 que faltam, ela "aceita" pedidos de demissão voluntários.

REVOLTA - Cerca de 500 demitidos reuniram-se na terça-feira, 22, e decidiram promover manifestações em vários locais, a começar pela fábrica. Quando se encontravam no pátio interno, deliberando os próximos passos do movimento, foram surpreendidos pela tropa de choque da Polícia Militar e se refugiaram no interior da fábrica, onde sofreram violentas agressões, saindo vários

deles feridos, inclusive o secretário-geral do sindicato, Luiz Marinho. Graças à pronta intervenção da diretoria do sindicato, de parlamentares e várias personalidades - incluindo a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina - as consequências do conflito não foram mais graves.

Mas na imprensa, o episódio apareceu como uma "invasão" da empresa por demitidos vândalos que quebraram vidros, carros, um ônibus e um telefone.

Uma campanha dos metalúrgicos do ABC por melhores salários, que já estava marcada antes dos episódios da Brastemp, vai incluir a luta contra o desemprego.

Segundo o assessor de imprensa do Sindicato, Celso Hor-

ta, "as duas coisas se juntam: melhores salários dão mais empregos, porque aumentam o poder de compra dos trabalhadores".

REESTRUTURAÇÃO - Segundo Hugo Miguel Etchenique, presidente do Conselho de Administração da Brastemp, em artigo publicado na Folha de S. Paulo (23/10), a empresa "teve que reestruturar sua força de trabalho para um novo patamar de produção mais condizente com as realidades e as condições previstas para o mercado".

É assim que uma empresa líder de mercado em sua área vê os trabalhadores: um mero componente da produção com que se joga de acordo com as leis de mercado.

Desemprego, fome, marginalidade ou outros problemas sociais que as demissões possam causar não devem ser levados em conta. Basta justificar tudo com a "necessidade de reestruturação".

Interessante é que no mesmo artigo, o sr. Etchenique acusa os trabalhadores de manterem um "sindicalismo selvagem", que tem como características "decisões unilaterais que geram greves intempestivas". Na terra do capital selvagem, talvez o sr. Etchenique espere que o sindicalismo seja um movimento de *gentlemen*, que morram de fome sem reclamar. Reagir à truculência e às injustiças virou "selvageria".

A QUARTA MONTADORA

Com faturamento anual de 460 milhões de dólares, a Brastemp tem 5.200 empregados e ocupa a 36ª colocação entre as empresas privadas no Brasil, segundo a edição de *Melhores e Maiores* da revista *Exame*. Produzindo fogões, lavadoras, secadoras, lava-louças, micro-ondas, geladeiras e freezers, ela é a quarta montadora de São Bernardo, depois da Autolatina, Mercedes e Scania. Sob controle da holding Brasmotor, ela tem também uma unidade com 600 metalúrgicos em Rio Claro (SP). Os salários mais os encargos sociais representam 10,8% do faturamento.

AGÊNCIA FOLHAS/SÉRGIO TOMISAKI

O CONCRETO E AS CRIANÇAS

As obras em concreto e aço para 1.700 Ciacs, como o de Vila Paranoá (veja as notas na pág. 3), já estão definidas por contrato. Em breve, os prédios se multiplicarão por todo o país. Os Ciacs, no entanto, são centros integrados de atendimento às crianças: neles, oito horas por dia, elas deverão ter educação, saúde - física e mental - e assistência social. Prédios, apenas, não realizarão essa tarefa. E se os recursos para essas obras vistosas reduzirem ainda mais o orçamento para professores, médicos, assistentes sociais e dirigentes desses serviços, cujos salários estão em queda alarmante há anos? E os materiais e equipamentos? E os métodos e técnicas a serem empregados? Neste final de outubro, o professor Goldenberg, Ministro da Educação, está convocando uma dúzia de pedagogos para Brasília. Quer começar a debater o que fazer dentro dessas obras espetaculares.

DEPOIS QUE O CÓLERA CHEGOU

Há sete meses, o prefeito de Manaus, Artur Virgílio, do PSDB, pediu ao governo federal verbas para obras de saneamento em áreas onde moram 400 mil famílias de favelados e por onde o cólera - que àquela altura ameaçava entrar pela fronteira da Colômbia, no Alto Solimões - provavelmente se espalharia ao chegar à cidade. No último 20 de outubro, o Ministro da Saúde liberou 900 milhões de cruzeiros para obras de emergência no Amazonas. O cólera desceu o Solimões: vários focos importantes formaram-se em cidades do curso médio do rio nas últimas semanas, e um cidadão morreu há poucos dias num dos quatro cais de porto por onde o povo pobre chega à capital do Estado.



A CAMINHADA QUE VIROU TERRA

As longas caminhadas dos Sem-Terra, pelo Rio Grande do Sul e Paraná, no início deste mês, não os levaram à terra prometida. Mas deixaram saldos. O prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, fez-lhes homenagem inédita, ao recebê-los com as Chaves da Cidade. O governador Collares mandou para a Assembleia projeto de lei destinando 70% da área de 14 estações agrícolas experimentais para assentamentos modelo. E o governador Roberto Requião enviou também à Assembleia pedido de autorização para a criação de um Fundo de Terras, com poderes para comprar e vender áreas, com recursos do orçamento do Estado, doações e títulos da dívida agrária.

AS VÍTIMAS DO "FACÃO"

Juarez Guilherme de Carvalho, 41 anos, três filhos (o maior com 12 anos e o menor com três), retificador, 13 anos de Brastemp, se diz magoado com a empresa. Ele ensinou toda "essa peãozada" nova, segundo afirma, e nunca foi promovido. Seu salário é mais alto do que o de muitos deles: Cr\$1.100,00 por Hora x 240 horas mensais dão um salário bruto de Cr\$ 264.000,00. Mas isso é porque há 12 anos ele trabalha no turno da noite, das 22 horas às 6 da manhã, e por isso ele tem um adicional de 45%. Mesmo que fosse chamado de volta, preferiria não voltar.

Um operador de torno que pediu para não publicar seu nome tem cinco anos de Brastemp e mora em Mauá. Com 34 anos, seis filhos, ganha Cr\$220 mil e se não conseguir o emprego de volta, pode até "virar bandido", pois os empresários estão aproveitando a crise para oferecerem salários de Cr\$ 80 a 100 mil, que "não dá para viver". Irineu Domingos de Oliveira, 46 anos, veio de Cedral, interior de São Paulo, tra-

balha na Brastemp há 17 anos e mora em casa própria na zona leste de São Paulo. Ao chegar de Tupã (SP) "com a cabeça quente", onde sua mãe está doente, desenganada, soube que foi demitido e ficou satisfeito. Desde 1990 vem se atolando em dívidas, pois, transferido para o turno do dia, seu salário perdeu o adicional noturno de 45%. Começou a pedir emprestado a cada mês, pagando juros de caderneta de poupança. Hoje, deve Cr\$ 400 mil e seu salário de Cr\$ 88 mil mal dá para pagar os juros. Para ele, "vender" seu emprego é a solução: com o que receber, paga o que deve, vende sua casa (por Cr\$ 8 milhões) e volta para o interior.

Em assembleia convocada pelo sindicato, dia 22 de outubro, parte dos demitidos sentiam-se até aliviado: queriam mesmo sair da Brastemp, preferindo virar camelôs, consertadores de geladeira ou comprar um boteco com o que vão receber. "Mantenham seus empregos", aconselhou o engenheiro Josué Silveira Rios.

O exemplo de Josué não é muito animador para quem procura uma saída no mercado informal: ele foi uma das 1.200 vítimas do facão da Brastemp em novembro de 1990. Pegou Cr\$ 3,5 milhões de indenização e montou um bar. Está falindo: seus possíveis fregueses estão desempregados ou ganhando pouco. "Com a recessão, nem a economia informal se sustenta", diz ele.



AS DUAS MARACUTAIAS DA USIMINAS



Mesmo empresários - como Antônio Ermírio de Moraes e Ricardo Semler - admitem que os títulos da dívida agrária e os títulos vencidos da dívida externa brasileira são "papéis podres", isto é, não se pode, honestamente, aceitá-los em troca de bens de valor. Como foi possível, então, que no último dia 24, o governo tivesse podido vender a Usiminas, uma das mais eficientes e rentáveis siderúrgicas do mundo, aceitando dos grupos compradores uma montanha desses papéis? Graças a duas maracutaia: 1. a maracutaia de vestir uma medida provisória com pele de cordeiro; a criação da medida provisória interpretativa 299, uma extravagância jurídica articulada em reuniões secretas entre o líder do governo, Ricardo Fiúza, e os líderes do PSDB e PMDB, José Serra e Genebaldo Correia; 2. a maracutaia da perda súbita de memória, que atacou sete deputados, inclusive o líder, do partido de Brizola, logo que começou sua aproximação com o presidente Collor e que permitiu ao governo manter o uso das medidas provisórias numa votação em que ganhou por cinco votos.

Há um mês, no dia 24 de setembro, o governo Collor sofreu uma de suas mais duras derrotas políticas: teve de suspender o leilão da venda da Usiminas, a eficiente e cobiçada siderúrgica do Vale do Aço, de Minas, cuja entrega aos capitais privados é peça chave de seu projeto para reestruturar a economia nacional. A derrota teve grande repercussão, dentro e fora do país. E foi devida, particularmente, a um conjunto de decisões judiciais contrariando as regras do leilão, em diversas instâncias da Justiça brasileira; especialmente uma, da véspera, tomada por um juiz da 5ª Vara Federal de Brasília, proibindo o uso de títulos da dívida externa para a compra de estatais. Depois de alguma vacilação, pois sabia do desgaste a que se submeteria, uma hora antes do leilão o presidente decidiu o cancelamento da operação.

Em frente à Bolsa de Valores do Rio, militantes de esquerda comemoraram o recuo do governo. E, em incidentes que se seguiram, chegaram a humilhar os representantes dos grupos nacionais e estrangeiros que, ignorando o adiamento, compareceram para participar da operação.

O fracasso da venda atordoou o governo. E provocou reações de certo modo inesperadas até em importantes setores da oposição. O governador Leonel Brizola, por exemplo, que vinha procurando caracterizar-se como um adminis-

trador, técnico, cuja aproximação com o presidente Collor seria um imperativo para o povo do Rio, declarou, de repente, que o povo brasileiro somente "nas ruas" poderia encontrar forças para se opor ao programa desnacionalizante do governo. E convocou um comício para o centro do Rio. Comício que ele imaginava comparável aos históricos comícios pelas diretas, que ajudou a dirigir ao final do regime militar.

CHUTE NA BUNDA - Brizola estava em Berlim, no dia 24, quando teve a notícia. Trabalhadores, eternos sacos de pancada, tinham chegado a chutar a bunda de empresários diante da Bolsa de Valores do Rio e da polícia comandada, em última instância, por ele, Brizola. Empresário apanhar, para a grande imprensa, é como um homem morder um cachorro: Brizola foi acusado, então, de fazer vista grossa, de incentivar o tumulto, em matérias e matérias de jornal nos dias seguintes. Mais ainda: suas declarações pela mobilização popular pareceram incendiar um ânimo latente na população e lideranças de esquerda no Rio.

Três trios elétricos começaram a fazer a convocação para o comício nos bairros. Fizeram-se showmícios. Quatro milhões de panfletos foram impressos para distribuição na capital e no interior. Os sindicatos mais combativos pareceram sair de uma certa divi-

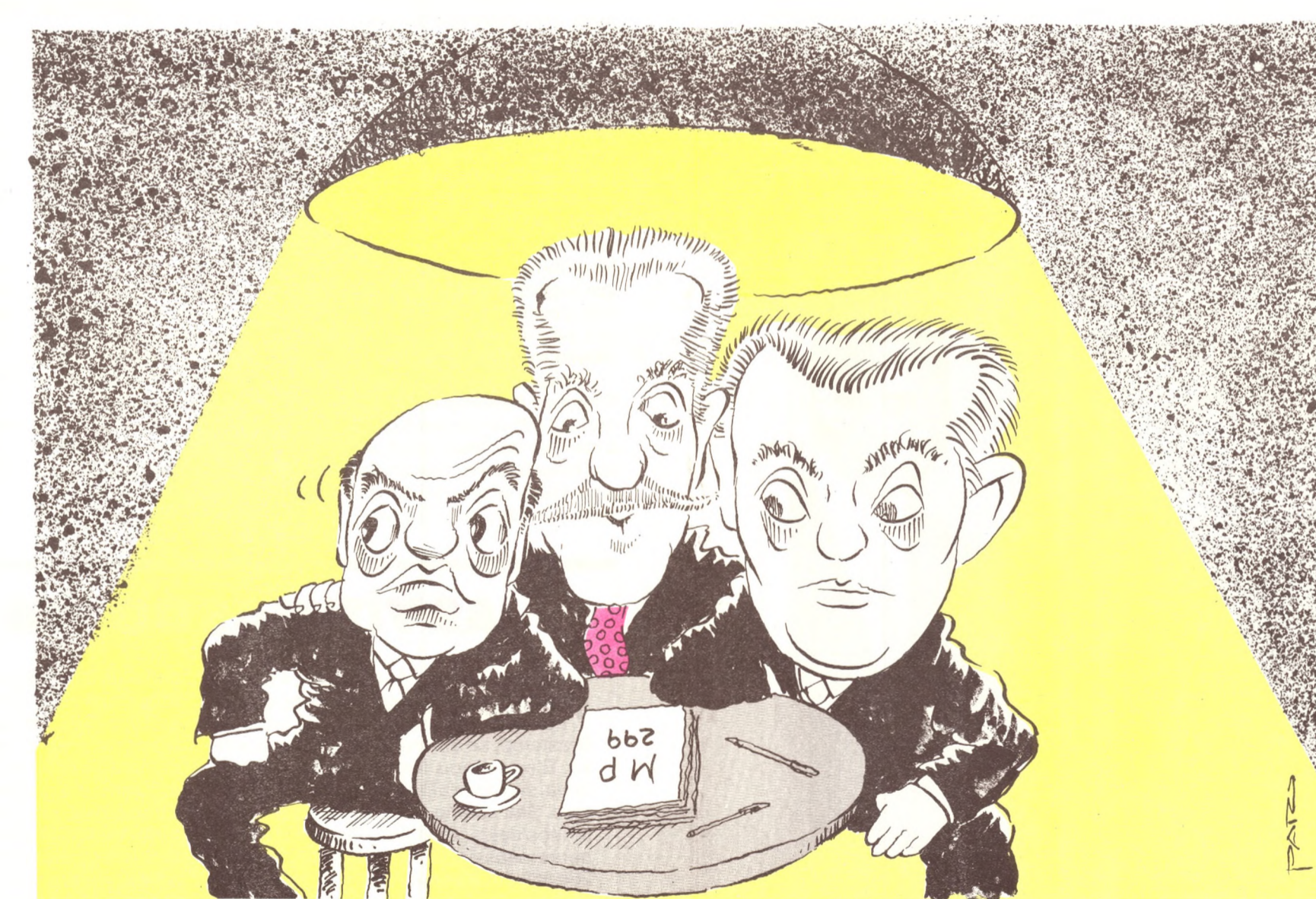
ção e inércia em que estavam mergulhados e fizeram reuniões extremamente animadas. O comando do PDT no Rio se reuniu e avaliou que o comício poderia ter 250 mil manifestantes. Brizola garantia transporte para os manifestantes. E declarou publicamente que pensava usar verbas estatais para se contrapor às verbas estatais usadas pelo BNDES para entregar o patrimônio nacional.

Este clima se tornaria palpável para qualquer pessoa com mais sensibilidade política em todos os cantos do país, logo a seguir. E parece ter feito soar o sinal de alarme não só no governo Collor, mas entre um outro setor da oposição, aquele que condena os métodos e a ineficiência, mas apóia alguns de seus objetivos estratégicos, especialmente o programa de desestatização, o PMDB e o PSDB.

O LEILÃO - A Usiminas acabou sendo vendida no dia 24 de outubro, pelos "papéis podres" da dívida externa vencida do Brasil e dos títulos da dívida agrária. O leilão realizou-se numa operação coordenada entre as Bolsas do Rio, São Paulo, Minas e Paraná e o centro nervoso das operações foi a mesma Bolsa de Valores do Rio, onde um mês antes fracassara o primeiro leilão. A polícia do Rio de Janeiro, que cercou o prédio da Bolsa 14 horas antes, teve de agir com extrema violência para conter os manifestantes, alguns milhares que não recuaram da intenção de invadir o prédio onde se fazia o negócio, mesmo diante de uma impressionante aparato policial. Cerca de 40 manifestantes e 40 policiais saíram feridos.

Num futuro provável, quando o país for efetivamente democrático e independente e um governo popular tiver que rever a verdadeira negociata que acabou sendo a venda da Usiminas, quem deverá ser responsabilizado pelos prejuízos que ela tiver causado aos interesses do povo brasileiro? O governo Collor, com certeza, e as forças de direita que o apóiam.

A dificuldade, porém, é que a responsabilidade não pára aí, no campo nitidamente adversário: envolve também setores da oposição. Para entender os aconte-



cimentos dramáticos nesses dias é preciso descer aos bastidores da política brasileira, onde foram realizadas duas maracutaia envolvendo setores oposicionistas e que foram essenciais para permitir a venda da Usiminas tal como ocorreu.

A primeira é a maracutaia de vestir com pele de cordeiro uma figura abominável: as medidas provisórias, com as quais o governo Collor e o governo Collor mantiveram a condução autoritária do país.

Ele reflete o temor mais alto que se manifestou nas classes dominantes brasileiras, representadas tanto no governo - PRN, PFL e aliados menores -, como na oposição - com o PSDB e PMDB.

AS MANOBRAS - É preciso lembrar que PSDB e PMDB, embora siste-



maticamente tenham apoiado o conteúdo das medidas provisórias decretadas aos borbotões pelo governo Collor são, pelo menos de palavra, críticos frequentes do seu uso.

Logo no dia seguinte ao do fracassado leilão, os líderes do PMDB e do PSDB, Genebaldo Correia e José Serra, passaram a dar às suas costureiras e naturais reuniões com o líder do governo Ricardo Fiúza um caráter de salvação nacional. O relato a seguir é de um repórter de O Estado de S. Paulo: "A primeira reunião entre os líderes do governo do PSDB e do PMDB ocorreu a pedido de Ricardo Fiúza. Ele argumentou que a imagem do Brasil havia ficado muito desgastada no Exterior. Perguntou, então, aos líderes dos dois partidos, se eles ajudariam a encontrar uma fór-

mula que permitisse a realização do leilão e a utilização de diversos tipos de moeda".

A fórmula encontrada, afinal, só saiu do gabinete do líder do governo numa terça-feira à noite, 1º de outubro, depois da concordância dos dois líderes oposicionistas em aprová-la quando ela fosse ao Congresso. E foi a edição de uma medida provisória diferente, uma medida provisória não impositiva, mas interpretativa.

Com apenas dois artigos, o texto da medida era estranho e surpreendente para quem não tivesse conhecimento da trama de bastidores. Redigida principalmente para legalizar o uso dos títulos da dívida externa e outros "papéis podres" na compra de estatais, a MP não explicitava em nenhum momento esta finalidade. Limitava-se a interpretar um

dispositivo da lei 8.031, o da desestatização aprovada pelo Congresso no início do Plano Collor. Era a MP-299, a MP disfarçada. Esta oposição conservadora podia aprovar, como de fato fez, por 324 votos contra 145, nas vésperas do leilão de 24 de outubro. Foi essa a medida que desmontou a base para as contestações judiciais mais numerosas que tinham sido feitas antes, e que tinham ensejado os despachos de juízes a favor do cancelamento do leilão.

DUCHA FRIA - Essa maracutaia primeira talvez explique a atitude do governador Leonel Brizola, representante histórico da oposição nacionalista burguesa, que recusou de uma forma quase inaudível a sua disposição de levar o povo às ruas para contes-

tar a privatização da estatal.

Alguns analistas aventaram a hipótese de que o cancelamento do comício pelo governador do Rio, que foi uma verdadeira ducha de água fria no centro onde se alastrava a mobilização popular, deve-se ao dinheiro que o governo federal teria injetado nos bancos estatais, como o Banerj, num acordo com os governadores. Certamente não é: os bancos estatais continuam em situação precária; o problema da dívida dos Estados faz parte do problema maior do sistema financeiro brasileiro e não tem forma mágica de solução.

A verba de Collor para a Linha Vermelha, que ligará o aeroporto do Galeão ao centro do Rio para facilitar a realização da Rio-92 entre outros objetivos, é muito pouco dinheiro para um recuo tão grande quanto o que ocorreu por parte deste que em dúvida uma das maiores e mais espertas figuras de nossa política tradicional. A explicação mais correta para a marcha-atrás de Brizola está numa identidade específica de método de governo entre Collor e ele, que os une, por exemplo, em projetos como o Ciacs de um, e os Ciepss de outro (ver notas da pág. 3 e reportagem da pág. 10): a despeito das muitas diferenças, os dois são populistas e autoritários. O exemplo mais claro disso é o que se pode chamar de a maracutaia da perda de memória, um episódio ocorrido em março deste ano, quando se votava no Congresso uma questão crucial para os métodos de governo do país: a regulamentação do uso de medidas provisórias do presidente. É um episódio estranho para quem

não desce ao fundo da política nacional. A votação foi realizada no dia 20 de março. O texto da regulamentação das medidas, que restringia com rigor a emissão desses decretos presidenciais, foi derrotado por uma diferença mínima: de cinco votos. Quando foram feitos os balanços detalhados das listas de votação se constatou o que pareceu, então, incrível: sete deputados do PDT tinham estado ausentes - entre eles o próprio líder do partido, Vivaldo Barbosa. A explicação que esses oposicionistas deram para suas ausências foi ainda mais chocante. Podem ser vistas pelas reações que provocaram.

"Pensam o quê?" Que somos imbecis?", disse o deputado Ulysses Guimarães, o conhecido liberal. "Estava em jogo a soberania do Congresso Nacional. Era um assunto que todo mundo discutia no País. Até as lavadeiras estavam sabendo que tinha votação. O líder do Brizola não podia

desconhecer". José Genoíno, o líder do PT, completou com ironia: "De repente, estava no serviço médico, outro estava em reunião no Banco Central, a filha de outro tinha passado mal, o outro cismava em mudar de partido. Tudo na hora da votação. Engraçado...". No fundo, queiram ou não os pedetistas, com sua falta de memória do dia 20 de março eles abriram o caminho para a MP-299. No dia anterior ao do leilão que venderia a Usiminas a um grupo à frente do qual se encontra a Nippon Steel, o governador Leonel Brizola disse que anularia a venda. "Se o povo brasileiro me colossasse lá em cima", disse, referindo-se à sua ambição de ser presidente da República. Ele talvez imagine que a questão da independência do país se resolve por decreto. Talvez seja por isso que tenha orientado seu líder a ajudar a manter as medidas provisórias. E com certeza não acredita, efetivamente, na mobilização popular.



Lula e Aureliano em BH, dia 22

EXISTE UMA SAÍDA PELAS RUAS?

Dois dias antes do leilão da Usiminas, o presidente do PT participou de uma manifestação popular em Belo Horizonte, contra a venda da estatal. Era um caminho pelas ruas da cidade. Começou com pouca gente, cerca de cem. Terminou com mais de 3 mil pessoas.

"A história vai gravar as posições de cada um de nós", disse Lula para quem a passeata, embora ainda muito insuficiente para pensar politicamente em defesa das estatais, mostra que os trabalhadores podem mobilizar-se em torno da questão. A saída às ruas não impede, também, uma articulação mais ampla. Em Belo Horizonte Lula encontrou-se ainda com Aureliano Chaves, que se opôs à venda da Usiminas. A oposição popular perdeu uma batalha importante com o leilão do dia 24 último. Mas há outras pela frente. A crise política do país é grande. O governo e a oposição conservadora aprovaram, no dia 23, no Senado, a primeira etapa do projeto de antecipação do plebiscito que permitirá a opção pelo parlamentarismo, exatamente como alternativa para uma crise mais grave do governo Collor. Para evitar esta saída pelo

alto, a oposição popular debate como envolver o povo na decisão. Nos dias 12 e 13 o maior partido da esquerda, o PT, reuniu seu Diretório Nacional e decidiu participar do comício do Rio. O partido foi favorável, inclusive, à ida de Lula ao comício, mesmo sem o convite de Brizola. Lula era favor da participação do partido no comício, mesmo achando que o representante no palanque deveria ser outro, naquela situação. Trabalhadores das estatais continuam desempenhando um papel importante na denúncia do processo de privatização. No momento está na Justiça novo pedido de anulação do leilão. Ele está baseado numa dessas denúncias, a qual apresenta documentos que provariam a existência de um conluio entre os concorrentes, com conhecimento do próprio BNDES - o banco estatal que organizou o leilão.

E, finalmente, parece estar em curso uma terceira maracutaia, para assegurar o controle efetivo da Usiminas aos japoneses da Nippon Steel.

ASSINE JÁ **BRASIL AGORA** ASSINE JÁ

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a João Machado Borges Neto. Alameda Glete, 1049 - Sta Cecília - CEP 01215-São Paulo/SP - Brasil - Fones (011) 220.7198 e 222.6318

NOME _____ Nº _____ APTO _____
ENDEREÇO _____
MUNICÍPIO _____ UF _____ CEP _____
PROFISSÃO _____

Assinatura 12 edições cr\$ 8.400,00
 Assinatura para o exterior US\$ 40,00
 Assinatura de apoio cr\$ 14.000,00
 Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 16.800,00
 Assinatura apoio (anual) Cr\$ 28.000,00

UM TIRO E DOIS CHUTES

Os órgãos da grande imprensa brasileira, em particular a revista **Veja**, deram enorme destaque aos tumultos ocorridos diante do prédio da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, por ocasião da primeira tentativa de leilão da Usiminas, acontecimentos apresentados por eles como de baixaria total, de responsabilidade da CUT, da esquerda, dos nacionalistas. Quais os fatos do incidente? Está em andamento o inquérito aberto na 1ª Delegacia de Polícia do Rio para apurar as responsabilidades. Estão indiciados: Luciano Lyra, segurança da Bolsa, por não ter licença para usar arma e por tê-la disparado; Júlio César dos Santos e Hércules Nascimento, por infração ao artigo 146 do Código Penal, no crime de "constrangimento ilegal", o que, no caso de Hércules, significa, exatamente, como provam as fotografias, ter dado um chute no traseiro do empresário Aristides Corbellini. E está aberto também inquérito na Corregedoria de Polícia para apurar a denúncia de Hércules de que a revista **Veja** lhe ofereceu viagem de avião e estadia em São Paulo para uma entrevista exclusiva, que ele encarou como tentativa de suborno.

QUEM PERDEU OS ANOS PERDIDOS

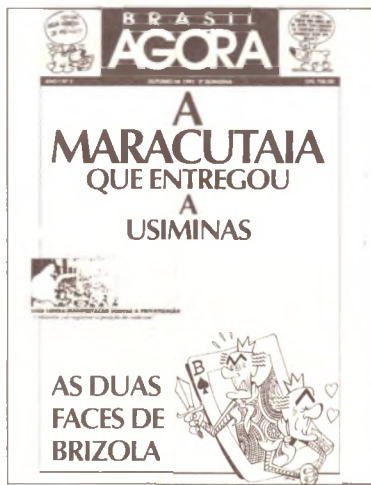
Os anos 80, a chamada década perdida - quando o Brasil teve o menor ritmo de crescimento econômico de sua História conhecida - não foi perdida de modo igual para todos. Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, feita com 16 grandes grupos empresariais privados, mostra que os maiores entre eles, com patrimônio líquido superior a meio bilhão de dólares em 1989, tiveram lucros crescentes, à taxa de 26% ao ano.

Por setor, o campeão é o financeiro, com rentabilidade anual média de 30,9%. Como diz um dirigente de um desses grupos, ouvido pela revista **Isto É Senhor**: "Foi uma década perdida para o trabalhador. Minha empresa não tem do que se queixar".

OS 500 ANOS SÃO OUTROS

Transformar os 500 anos da falsa descoberta da América no "Ano da Resistência Negra e Popular": esta é a conclusão dos 275 delegados ao segundo Reencontro dos Povos Indígenas da América, reunidos no dia 12 de outubro, em Quetzaltenango, Guatemala. Metade da população guatemalteca é indígena. Oito mil índios fizeram manifestação de apoio ao Reencontro, no modesto salão onde funciona normalmente uma feira da cidade. O Brasil teve 17 representantes nesse encontro.

AS DUAS FACES DE BRIZOLA



Qual o verdadeiro Brizola? O que xingava Collor de "filhote da ditadura" durante a campanha eleitoral para a Presidência da República, ou o Brizolla que dobra o ele do nome para festejar com o

presidente, em suas bases cariocas, o lançamento da Linha Vermelha? Acompanhe o "entre-tapas-e-beijos" de Collor com o governador, que fez de seu partido, o PDT, sua imagem e semelhança.

Quem viu Collor chamar Brizola de *f.d.p.*, recebendo de troco a ameaça de "ser pego pelo rabo e rodar, rodar, rodar", fica sem entender como os dois chegaram à atual fase de rasgação de seda. Mas a aliança do governador com o presidente - um matreiro negaceio político - não é de agora.

Começou a ser costurada antes mesmo da posse, no início de janeiro, quando o ministro Passarinho foi ao Rio convidar Brizola para um encontro com Collor em Brasília.

A audiência com Collor aconteceu no dia 24 de janeiro. No dia seguinte, Brizola admitiu pela primeira vez que o PDT poderia se aproximar politicamente do governo. "Vamos sempre, nestes contatos, nos restringir às áreas de competência do Estado e da União", justificou-se ele, acrescentando, porém, que a colaboração com o governo federal seria na condição de "assessores oposicionistas".

Nessa ocasião, Brizola enfrentava uma crise interna no PDT, por conta da atuação excessivamente independente de César Maia, que acabou deixando o partido, em maio, para inscrever-se no PMDB, com direito a festa e presença do ex-governador Orestes Quêrcia. Em maio ainda, pesquisa do Ibope constata que a população do Estado do Rio aprovava a aproximação com Collor: 55% dos entrevistados concordavam totalmente com o namoro; 24%, em parte; e apenas 15% dos mil pesquisados desaprovavam.

"JUNTOS PELO BRASIL" - Com a pesquisa nas mãos, Brizola anuncia a decisão do governo federal de construir 5 mil Centros Integrados de Assistência Comunitária (Ciacs). Orgulhoso e disposto a apoiar a proposta, o governador disse que os Ciacs eram "Cieps de segunda geração". O Rio, segundo ele, seria beneficiado com 300 a 400 destas escolas, sem interferir no projeto de construção dos Cieps.

A formalização da aliança, contudo, só ocorreria em junho, quando o presidente subiu no palanque pela primeira vez com o ex-adversário para anunciar o lançamento da Linha Vermelha (linha expressa paralela à Avenida Brasil). Em seu discurso, o presidente enfatizou que seu "entre-lapar de mãos" com o governa-

dor era movido pelo interesse nacional. A cena era inacreditável um ano antes: após acionar a alavanca para bater a primeira estaca da obra, Collor foi aplaudido entusiasticamente por cerca de mil moradores do Complexo da Maré, reduto brizolista que concentra várias favelas no fundo da Baía da Guanabara. Uma faixa estendida por uma associação de moradores local chamava atenção: "Collor e Brizolla juntos por um Brasil novo".

Embora Passarinho tenha ressaltado que o governo não faria a política do "toma lá, dá cá", Collor, ainda em junho, começou a abrir as torneiras para irrigar o governo fluminense. Naquele mês foram liberados 6 milhões de dólares para o primeiro trecho da Linha Vermelha.

ENTRE DOIS AMORES

Após o voltar do exílio, o engenheiro Leonel Brizola despertava preocupações na caserna. Afinal, havia sido ele o governador gaúcho responsável pela encampação das multinacionais ITT e Bond&Share, além de comandante da "rede da legalidade", essencial para garantir a posse de João Goulart, em 1961.

Acertaram aqueles que viram no incendiário de ontem o bombeiro de hoje. Eleito governador carioca, Brizola aproximou-se do ditador Figueiredo, chegando até mesmo a propor o esticamento de seu mandato indireto e ilegítimo.

Derrotado pelo Plano Cruzado, Brizola voltou à ribalta durante as eleições presidenciais de 1989, notabilizando-se como uma das faces do monstro que assustava as elites, o "Brizula". Nessa condição, foi dos que mais bateu no candidato fantoche, fabricado pela telinha da Globo.

Não se passou um ano, e Brizola, novamente governador carioca, se aproximou de Collor, demonstrando que em nome das verbas ele é capaz de manter as melhores relações com qualquer que seja o chefe do governo federal. Talvez por esses ziguezagues, alguns militantes da brizolândia já dizem que "brisa é Brizola, vento forte é oposição"...

ARREPIO - Tudo parecia seguir na mais perfeita harmonia, quando o governo federal, em agosto, admitiu pela primeira vez sua intenção de fazer mudanças na Constituição. O ministro da Economia, Marcílio Moreira, condicionou a rolagem das dívidas dos Estados à aprovação do Emendão.

Embora tímida, a primeira reação de Brizola não foi positiva. Em conversa reservada com amigos, ele censurou Collor por ter apresentado a proposta de uma negociação política através de Marcílio. "Ao que me consta, ele não é o porta-voz mais apropriado para assuntos dessa natureza", teria dito o governador. Em dificuldades, Brizola, porém, se esforçou para ver algo de positivo no Emendão. Assim, a pretexto de defender o fim da proteção aos marajás, acabou defendendo a extinção do princípio da irredutibilidade dos salários para o funcionalismo público.

Mais uma vez Brizola saiu em defesa de Collor quando este se viu pressionado pelas denúncias de corrupção envolvendo sua própria família. O governador classificou as exigências de demissão de corruptos como uma tentativa de isolamento do presidente, com "intenções golpistas". E, incrível, chegou a admitir a possibilidade de reeditar a campanha da legalidade de 1961... em defe-

sa do mandato de Collor.

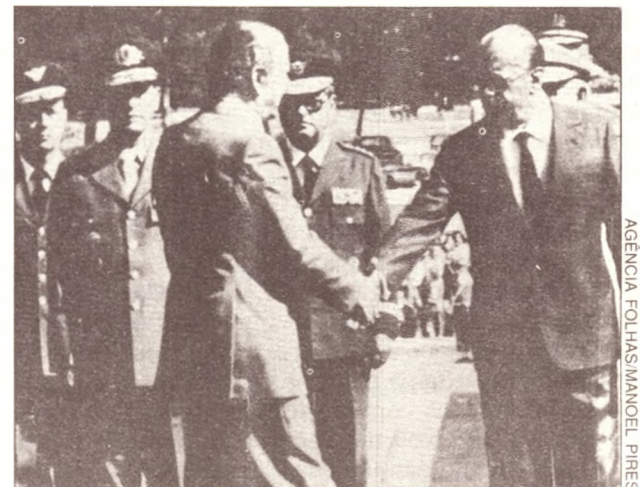
POPULAR-POPULISTA - Na tentativa de aparecer como único opositor sério de Collor - capaz de criticar, quando necessário, e de apoiar, quando preciso -, Brizola volta suas baterias contra a CUT e o PT, a quem qualifica como "a esquerda que a direita gosta". E passa o tempo denunciando manobras golpistas, encabeçadas pelas "oligarquias", as mesmas que, segundo ele, teriam ajudado Lula a derrotá-lo no primeiro turno.

As oligarquias, no entanto, dão suporte a Brizola e a seu partido, o PDT, em seu berço e fortaleza, o Rio Grande do Sul. Lá, como reconhece um ex-militante de primeira hora, signatário da "Carta de Lisboa", o sociólogo Calino Pacheco, o PDT "é um partido mais populista que popular, com estrutura conservadora e compromisso eleitoreiro". Este é um dos motivos por que os mais lúcidos do partido, explica Pacheco, vêem o PT como principal inimigo.

Experiente em alianças, Brizola soube unir a oligarquia do Estado em 1986: aliou-se ao PDS para lançar o latifundiário e secretário-geral Aldo Pinto ao governo do Estado, tendo como companheiro de chapa ao Senado o líder do governo Figueiredo, Nelson Marchezan. Os dois foram repelidos pelas urnas.



Entre um aperto de mão e outro, ele tentou a presidência, mas não passou do 1º turno. De concreto, sobra o zigue-zague de quem pretende ser de oposição, namorando o ditador ou o presidente de plantão.



AGÊNCIA FOLHAS/EUGENIO NOVAES

AGÊNCIA FOLHAS/MANOEL PIRES

Iugoslávia: um Líbano nos Balcãs

**Enquanto a Europa caminha
para a unificação, os iugoslavos
retalham suas fronteiras**

A guerra civil iugoslava começou em junho de 1991 com a intervenção do exército federal na república da Eslovênia, que acabara de proclamar sua independência - ao mesmo tempo que a Croácia. Na Eslovênia, a guerra terminou sem o reconhecimento formal da secessão, mas na Croácia ela se estende até hoje, com um agravante: a guerrilha mantida pela expressiva minoria sérvia. Todas as tentativas de cessar-fogo - por iniciativa da comunidade européia, ou sob patrocínio direto de Gorbachev - terminaram invariavelmente com o reinício das hostilidades.

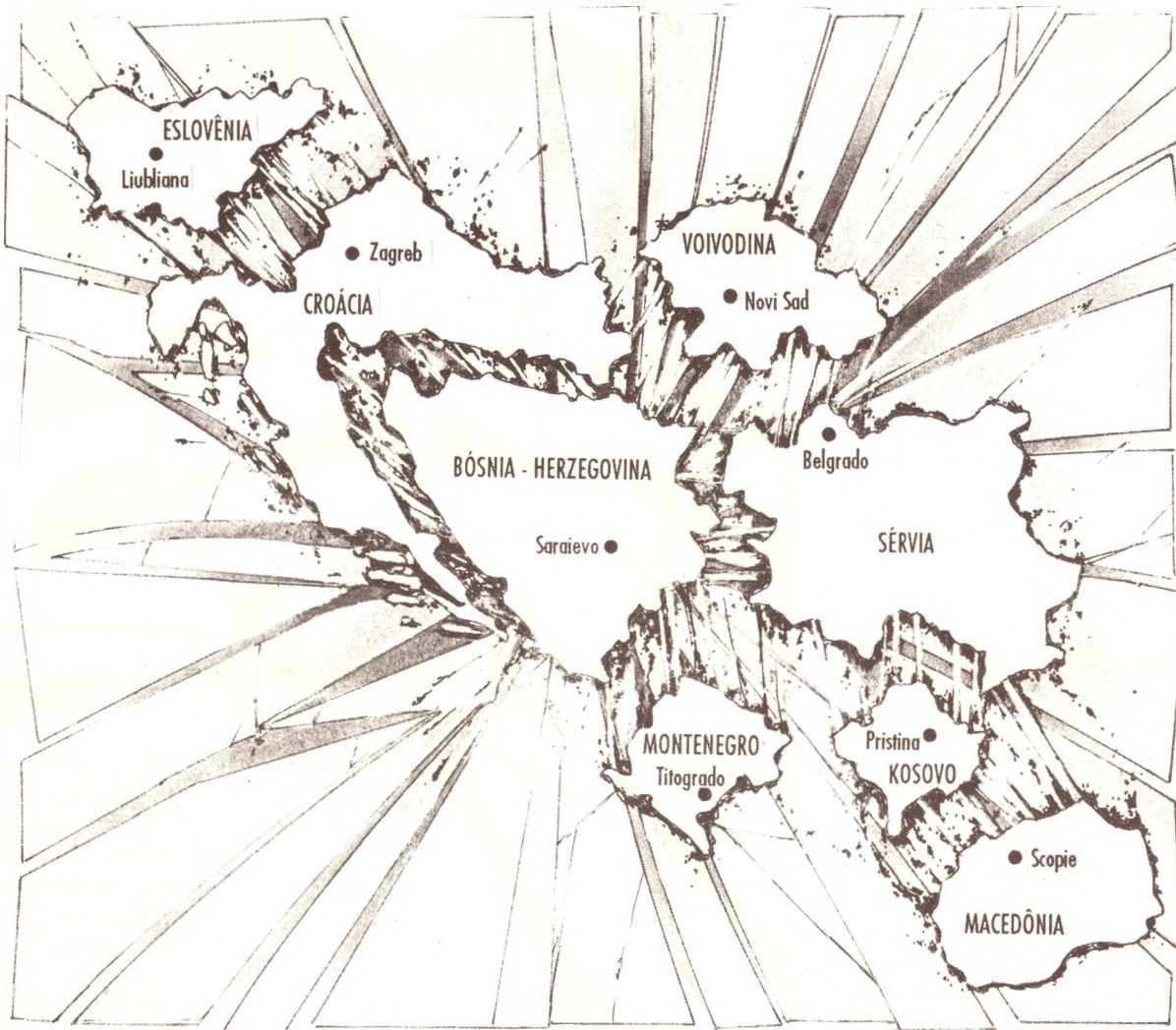
A presidência coletiva que dirige a Iugoslávia deixou de existir: metade de seus membros apóia a independência das repúblicas, outra metade defende a preservação da federação iugoslava. Enquanto a guerra prossegue na Croácia, Montenegro e Macedônia proclamam sua soberania; agrava-se a situação na Bósnia-Herzegovina e em Kosovo - região autônoma anexada pela Sérvia há dois anos - cresce o movimento pró-união com a Albânia.

Os Balcãs, que algum dia haviam cedido o cetro para o Líbano, se balcanizaram. A Iugoslávia deixou de existir como país. A guerra civil entre as repúblicas, para impedir (ou garantir) a independência comprova que a República Federal só existe como história passada.

AS ORIGENS - Excetuando a Sérvia, todas as demais nacionalidades (ver o quadro), que desde 1918 integraram a Iugoslávia como país unificado, jamais tiveram condições de proclamar-se como nações autônomas.

Até a Primeira Guerra Mundial, elas estiveram sob domínio turco-otomano, sendo ao longo do tempo retalhadas entre as grandes potências: a Itália tinha parte da Eslovênia; o Império Austro-Húngaro subordinava a Croácia, parte da Eslovênia, da Bósnia-Herzegovina e a Voivodina; Montenegro, Macedônia e Kosovo (então parte da Albânia) continuavam sob a dominação otomana.

A desagregação dos impérios austro-húngaro e turco-otomano, e as disputas entre as potências européias, permitiram que o reino sérvio unificasse precariamente aquelas nacionalidades. Os conflitos étnicos, porém, só arrefeceram após a Segunda Guerra Mundial, em virtude da unidade contra os alemães (apesar da colaboração dos *ustachis* croatas com os nazistas), das reformas econômicas e sociais im-



plantadas pelo novo regime socialista (que contribuíram para o desenvolvimento material e cultural das diferentes nacionalidades) e do sistema político repressivo adotado (que repressou as aspirações nacionais).

CRISE ECONÔMICA. Sob o regime socialista, Eslovênia e Croácia tiveram um desenvolvimento rápido, seguidas pela Sérvia. Bósnia, Montenegro e Macedônia - assim como Kosovo e Voivodina - industrializaram-se mais lentamente. Embora sua economia se diferenciasse em muitos aspectos da economia centralizada dos países do Leste (combinação de economia de mercado com propriedade social autogestionária, relações estreitas com a economia capitalista ocidental, empréstimos vultosos - mais de 20 bilhões de dólares - com o aval do FMI), a Iugoslávia não escapou da crise que atingiu, nos anos 80, todos os países socialistas europeus.

A partir de então, os laços que uniam as diferentes repúblicas e nacionalidades iugoslavas vêm deteriorando-se rapidamente. Cada uma delas passou a responsabilizar as demais pela crise, tentando ao mesmo tempo, resguardar seus próprios interesses.

A Eslovênia (30% do PIB da

federação) e a Croácia negaram-se a contribuir para a recuperação das regiões mais atrasadas e passaram a acusar a Sérvia de tutelar as repúblicas em função de seus interesses hegemônicos.

Os sérvios, que constituem quase 50% da população total da Iugoslávia, explicam o desenvolvimento econômico da Eslovênia e Croácia a partir do privilégio durante o governo de Josip Broz Tito (um croata), que durante mais de 30 anos governou a federação. Se isto é verdadeiro, também é fato que os sérvios sempre predominaram as forças armadas e de segurança.

VALE TUDO. Sob pretexto de que a Sérvia é a única que continua sob comando dos comunistas, antigos dirigentes da Liga dos Comunistas Iugoslavos, hoje à frente das repúblicas que proclamaram a independência, levantam a bandeira anticomunista para obter o apoio das potências ocidentais. A Sérvia, por sua vez, sob pretexto de defender as minorias sérvias que vivem nos territórios croata e esloveno, utiliza o exército federal para anexar estas regiões. Ao mesmo tempo, mantém contraditoriamente um domínio férreo sobre Kosovo, de maioria

populacional albanesa, e Voivodina, com grande porcentagem de húngaros. As diferenças religiosas são acentuadas e os conflitos tendem a generalizar-se sob mais este pretexto.

Para quem esperava que o fracasso do socialismo na Europa, além de democracia, fosse trazer paz, tranquilidade e riqueza, os trágicos acontecimentos iugoslavos não são nada promissores.

WLADIMIR POMAR



SÉRVIOS 48%
CROATAS 20%
ESLOVENOS 7%

MONTENEGRINOS 2%
BÓSNIOS 6%

MACEDÔNIOS 6%
HÚNGAROS 2%
ALBANESES 7%

SÉRVIA - 5,8 milhões hab
Sérvios - 89%
(maioria cristã-ortodoxa)

CROÁCIA - 4,6 milhões hab
Croatas - 79%
Sérvios - 15%
(maioria católica)

ESLOVÊNIA - 1,9 milhão hab
Eslovenos - 96%
(maioria católica)

BÓSNIA-HERZEGOVINA - 4,4 milhões hab
Bósnios - 40%
Sérvios - 37%
Croatas - 21%
(maioria muçulmanos)

MONTENEGRO - 640 mil hab
Montenegrinos - 67%
Sérvios - 20%
(maioria muçulmana)

MACEDÔNIA - 2 milhões hab
Macedônios - 69%
Sérvios - 18%
Gregos
(maioria ortodoxa)

VOIVODINA - 2 milhões hab
Sérvios - 56%
Húngaros - 21%

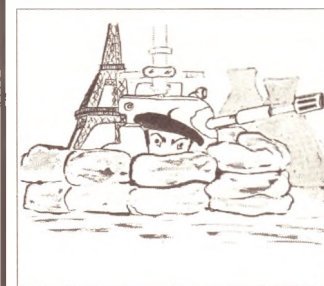
KOSOVO - 1,9 milhões hab
Albaneses - 83%
(maioria muçulmana)

O EXÉRCITO ALEMÃO

A França e a Alemanha decidiram organizar uma força para ação militar conjunta na Europa. Inicialmente ela terá 50 mil homens e aproveita os 25 mil franceses que já estão na Alemanha, ainda em consequência dos acordos do fim da Segunda Guerra. Os americanos tinham 300 mil homens em território alemão e estão reduzindo o efetivo à metade. Já o exército franco-alemão poderá evoluir para cem mil homens, diz o **Financial Times**. Há um ano os americanos reagiram a essa mesma proposta com um protesto: consideraram que ela solaparia as bases da OTAN - a Organização do Tratado do Atlântico Norte, cuja espinha dorsal são as armas nucleares e as tropas americanas na Alemanha. Muita coisa mudou, desde então. Explodiram a crise iugoslava e a soviética. Os problemas com o déficit interno americano se agravaram. Hoje, os EUA estão procurando ver o exército franco-alemão como um complemento de seu papel militar na Europa.

MAIS USINAS NUCLEARES

A França considera que as suas forças nucleares - como são muito menores que as americanas, as russas e as da OTAN - ainda são inferiores às suas necessidades de defesa, disse o chefe do Estado-Maior francês num seminário sobre estratégia militar realizado em Viena, nos últimos dias. Portanto, disse o general, a despeito dos cortes feitos por EUA, URSS e OTAN, à França: 1) manterá sua força de dissuasão nuclear baseada em submarinos em patrulha permanente; 2) continuará desenvolvendo um novo elemento para seu arsenal nuclear, baseado em mísseis terra-a-terra e para disparo de aviões; 3) continuará também realizando testes nucleares no Pacífico.

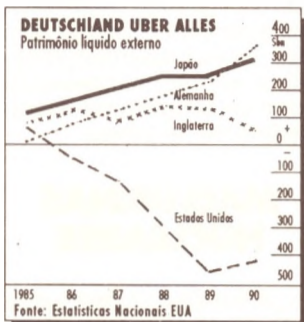


OG-7 DIZE OG-24 DESDIZ

OG-7, fórum econômico dos países ricos, não deve extrapolar de sua competência, que deve continuar restrita à economia e às finanças. Esta, segundo o *Le Monde*, a posição do G-24, fórum que reúne países da África, América Latina e Ásia. OG-24 reagiu às declarações de Michel Camdessus, presidente do FMI, que procurou ligar a ajuda dos Sete Grandes a programas de redução dos exércitos do Terceiro Mundo, durante a reunião do Fundo em Bangcoc, em meados de outubro.

ARODADA URUGUAI DANCA?

Os países ricos do G-7 atribuíram-se a tarefa de concluir as negociações da Rodada Uruguai, para liberalização do comércio mundial, até o fim do ano. Há dois anos que a promessa vem se repetindo. E o problema básico é simples de se ver, por exemplo: os países da CEE gastam 135 bilhões de dólares por ano em subsídios agrícolas e forçam países exportadores a ficar de fora das fronteiras europeias - no caso do Terceiro Mundo, estima-se que os prejuízos são equivalentes aos serviços de suas dívidas externas, 50 bilhões de dólares. Na tabela abaixo, do **Economist** de 12 de outubro, os preços agrícolas europeus, comparados com os da Austrália, em dólares por quilo:



ATENÇÃO ALEMANHA!

Quem presta atenção nas disputas imperialistas no campo econômico, lembra sempre da briga EUA-Japão. Não deve esquecer, no entanto, da Alemanha que, no ano passado, o país com maior saldo líquido de capitais - diferença entre seus investimentos no exterior e os que os estrangeiros têm em seu país. Neste ano a Alemanha mudou: fez grandes captações de recursos no mercado mundial - manteve uma taxa de juros muito alta para conter a inflação e financiar o déficit da reunificação. Mas sua potencialidade é enorme: ela é o maior exportador mundial - exporta mais até que os EUA, mais de 410 bilhões de dólares por ano.

	CARNE	MANTEIGA	QUEIJO
ALMANHA	12,16	4,40	9,00
FRANÇA	14,77	6,30	8,60
INGLATERRA	20,24	4,38	7,52
ITALIA	14,53	7,10	9,17
ESPANHA	14,82	11,38	12,32
AUSTRÁLIA	8,23	3,10	4,31

RECEITA PARA A URSS

A inflação na URSS está correndo a 3% por semana e a estimativa é de que, no fim do ano, alcance 350%.

Estima-se que neste ano a queda do Produto Nacional Bruto da URSS seja de 15%. O governo tem emitido rublos e aumentado salários para acompanhar a alta de preços. A Agricultura Primeiro Mundo



"Sangue, suor e lágrimas"

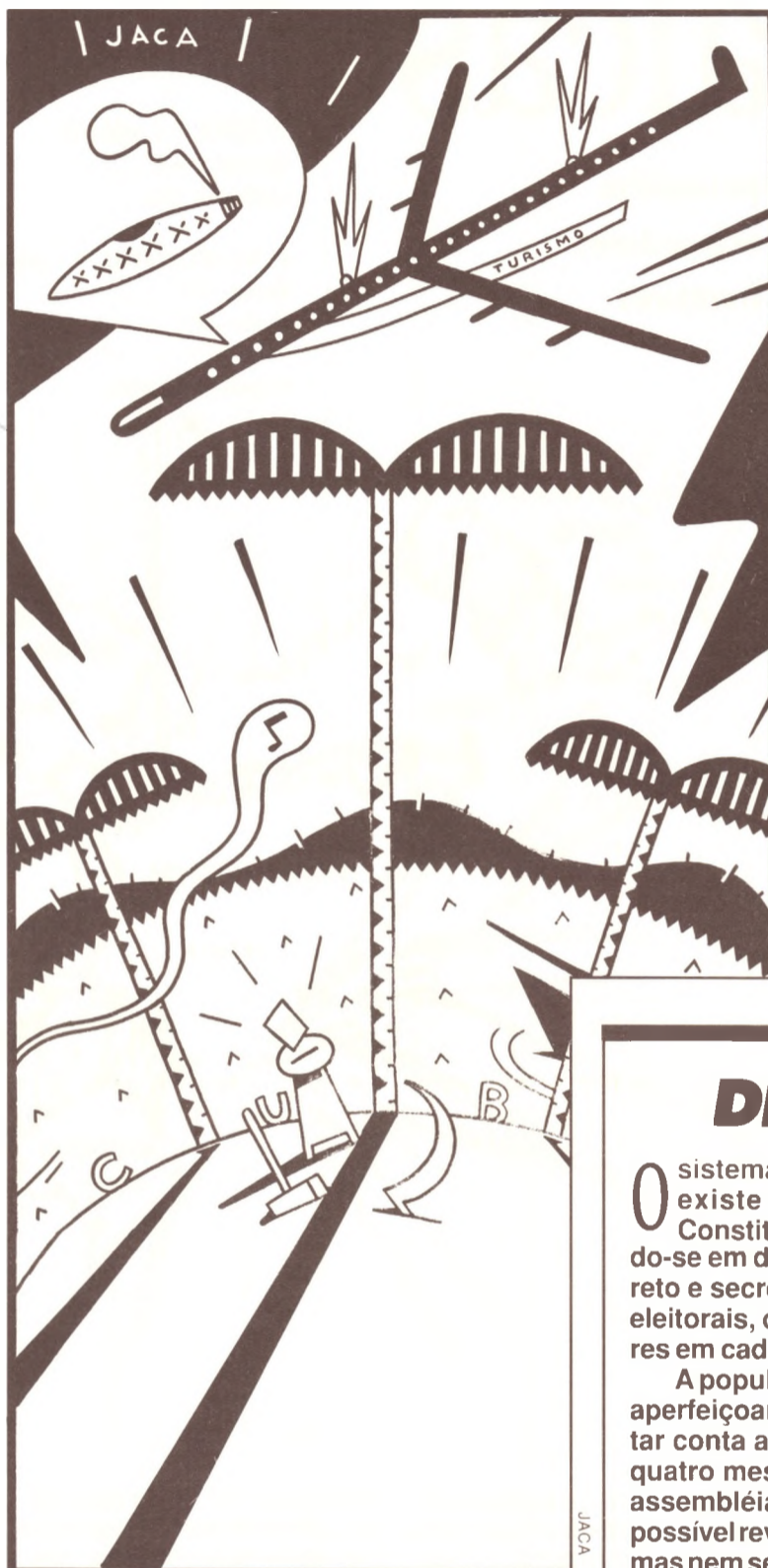
PC cubano busca resistir à crise combinando socialismo e nacionalismo

Os cubanos que vivem em Miami não precisam se apressar em arrumar as malas para voltar a Cuba e retomar suas terras e pacotes. A julgar pelos resultados do 4º Congresso do Partido Comunista, realizado de 10 a 14 de outubro, Cuba continua socialista. Entretanto, há problemas, a maior parte consequência da drástica redução das importações provenientes da URSS e da Europa Oriental. Bloqueada econômica e comercialmente pelos Estados Unidos, Cuba enfrenta a escassez de diversos produtos, a começar do petróleo. O nível de vida dos cubanos está caindo progressivamente há dois anos e a situação pode piorar. A população reclama da falta de alimentos, produtos de higiene e roupas, da demora dos ônibus sempre cheios, da pequena cota de cigarros. Há menos investimentos em saúde e educação, falta papel para imprimir livros e jornais, constroem-se menos casas e apartamentos, não há remédios, que eram importados. O transporte coletivo sofre com a falta de ônibus, peças, pneus e combustíveis.

Quem mais está perdendo com a deterioração da situação econômica são os que ganham mais. Em Cuba, o maior salário é cerca de cinco vezes superior ao menor. Como todos os produtos são vendidos pelo sistema de racionamento, e como as cotas são iguais, quem ganha mais não tem como gastar o dinheiro. Por isso, são enormes as filas em restaurantes, sorveterias, cabarés e vendedores de hambúrgueres, pois falta o que comprar. Ofensiva Diplomática Sem o apoio da URSS e do Leste europeu, que eram responsáveis por 85% do comércio de Cuba, em condições favoráveis à ilha, os cubanos procuram parceiros alternativos e divisas conversíveis. Ao mesmo tempo, desenvolvem uma ofensiva diplomática para condenar na ONU o bloqueio norte-americano e conquistar investimentos e produtos de outros países.

Na verdade, não há grande esperança de que o bloqueio termine, pois os norte-americanos e os cubanos no exílio têm consciência de que a única alternativa para acabar com o socialismo na ilha é o estrangulamento econômico. Uma invasão não é aceitável pela comunidade internacional e teria altíssimo custo humano e material para os EUA. E os opositores em Cuba limitam sua ação política a contatos com jornalistas e diplomatas estrangeiros.

A ofensiva diplomática, porém, pode contribuir para que outros países se sintam mais à vontade para se relacionar economicamente com Cuba. O Congresso manteve a abertura ao capital estrangeiro em áreas tão amplas como o turismo - onde já há empresas mistas com capital espanhol - e a prospecção do petróleo no mar. Nos últimos dias, estiveram em Cuba missões de empresários espanhóis e britânicos. A



prioridade de Cuba continua sendo o programa alimentar, destinado a suprir as necessidades da população e substituir importações. Outras prioridades são o turismo, a biotecnologia, a engenharia genética e a produção de medicamentos. Cuba espera gerar dólares nesses setores para fazer frente às necessidades de importações além de intensidade as vendas de seus produtos básicos de exportação: açúcar, níquel, café, cítricos.

DIAS PIORES VIRÃO. Este plano de desenvolvimento econômico, porém, não dará resultados de um dia para outro. A resolução aprovada pelo Congresso diz que se deve considerar o "possível agravamento" da situação e a perspectiva de se passar a "outras fases mais severas e críticas do período especial".

Para suportar esta situação, os dirigentes cubanos adotaram o lema "Salvar a Pátria, a Revolução e o Socialismo". A Revolução é considerada prosseguimento das guerras contra os espanhóis e da oposição aos norte-americanos. Sobre a mesa que dirigiu os trabalhos do 4º Congresso, havia ape-

nas dois retratos: o de Karl Marx e o do herói nacional José Martí. A todo momento, não faltavam alusões aos heróis e momentos gloriosos da história do Caribe.

Além de apelar para o arraigado patriotismo dos cubanos, a resolução do Congresso diz que o "partido tem o dever de falar claramente ao povo, preveni-lo e contribuir para prepará-lo para enfrentar e resistir a situações ainda mais difíceis". No início do Congresso, Fidel fez um discurso de quatro horas e 50 minutos, explicando detalhadamente os problemas do país. Foi assim, por exemplo, que os cubanos ficaram sabendo que a falta de sabonete e detergente deve-se à redução das vendas soviéticas e ao não-fornecimento de

sebo e soda cáustica. Que apenas 2% do fornecimento de papéis e cartões foi cumprido. E 16% do óleo vegetal, 11% do leite condensado, nada de algodão e têxteis.

REFORMAS MODESTAS. Os debates entre os 1.700 delegados foram transmitidos pela televisão, que também mostrou votações não unânimes. Mas o 4º Congresso manteve o sistema de partido único, decidindo entretanto aceitar no seu interior militantes religiosos. Além disso, houve uma substancial renovação no Comitê Central - 53% - e no Buró Político - 14 novos dirigentes, em 25 -, possibilitando o ascenso de quadros mais jovens, em um partido em que mais de 60% dos 611.627 militantes têm menos de 45 anos. O Congresso aprovou também medidas no sentido de democratizar o Poder Popular (ver o quadro).

Segundo os dirigentes cubanos, a permanente ameaça de intervenção norte-americana não cria um clima propício a uma abertura maior. Afinal, dizem, Cuba está em estado de guerra, mobilizando freqüentemente suas forças armadas de cerca de 2 milhões

DIRETAS LÁ!

O sistema eleitoral adotado em Cuba existe desde que foi aprovada a Constituição de 1976, fundamentando-se em delegados eleitos pelo voto direto e secreto em 14.246 circunscrições eleitorais, com uma média de 508 eleitores em cada.

A população vinha reivindicando seu aperfeiçoamento. Os eleitos têm de prestar conta a seus eleitores de quatro em quatro meses, mas muitas vezes essas assembleias são puramente formais. É possível revogar os mandatos dos eleitos, mas nem sempre os eleitores se dispõem a isso. Em algumas assembleias, há pouco debate e muita unanimidade.

O 4º Congresso aprovou eleições diretas para os deputados à Assembleia Nacional do Poder Popular, decidindo também por eleições diretas para os delegados às assembleias provinciais. Além disso, as resoluções abriram a possibilidade de a Assembleia Nacional do Poder Popular, ao fazer as mudanças necessárias na Constituição, aprovar eleições diretas em níveis superiores.

Ao votar na resolução que estabelecia eleições diretas, Fidel teria dito *alea jacta est* ("a sorte está lançada"). A partir de agora, sua recondução ao cargo de deputado dependerá das urnas.

de pessoas para a defesa do país. Fidel disse que se realizava um "Congresso em armas" - e por isso vários delegados militares, incluindo os ministros das Forças Armadas, Raúl Castro, e do Interior, Abelardo Colomé Ibarra, mobilizados em seus postos, não participaram de todas as sessões.

HÉLIO DOYLE, de Havana

Zélia: o golpe da paixão

Livro mostra a queda de um escritor e revela a sedução pela picaretagem

O livro de Fernando Sabino, *Zélia*, uma paixão, é de uma pretensão insuperável. Ficam dúvidas sobre o que é de pior gosto: se as cantadas que o livro afirma ter Bernardo Cabral passado em Zélia, que incluem absurdos como "você não é a mulher inaugural, mas a estreia nos sentimentos", ou se a autêntica cantada literária com que Fernando convenceu Zélia de que ele era o autor conveniente. Diz Sabino que ela cedeu tudo, desde seu diário até os direitos autorais, com o argumento de que ele a retrataria como um "pintor".

Sabino compara-se a Gustavo Flaubert; diz que Zélia é ele, imitando a famosa frase do escritor francês, "Madame Bovary c'est moi".

Mas no texto incrivelmente ruim, nem Sabino é Flaubert, nem Zélia é Madame. O escritor a trata cruelmente, talvez sem querer.

Se a abertura do livro é um chocante lugar comum - "Uma aura de pureza, uma expressão de inocência infantil...", a primeira frase do comentário final é de uma grosseria sem par - "Sinto-me perplexo como se tivesse acabado de matar a galinha dos ovos de ouro". Para quem lê o livro, as fofocas de bastidor (aliás, nada que seja de fato surpreendente), passam e fica o cálculo de que Sabino vai ganhar projetados 65 milhões em direitos autorais, ou talvez mais, se essa pseudo-biografia tiver envolvido um pagamento por fora.

DE UM LADO SÓ. Um dos defeitos do livro, que ele apresenta como qualidade, é o de ter escutado um único lado da história: o de Zélia. Outro está na superficialidade



com que trata o governo Collor e o próprio Collor, a quem pinta como rapaz impulsivo, patriota e atrapalhado. A superficialidade dá margem à interpretação, aproveitada à larga na imprensa conservadora, de que planos fracassados e desmandos jurídicos se multiplicaram porque a ministra estava apaixonada e o ministro vivia a conquista de sua vida. Mas o livro é tão fraco que nem mesmo essa interpretação se sustenta: os personagens parecem fantoches de segunda-mão.

A superficialidade é mais gra-

ve porque, ao contrário do que pensa a sua protagonista, os depoimentos e memórias culturais e políticas têm larga e sólida literatura no país. Pela imprensa, Zélia divulgou a idéia de que o livro poderia impulsionar o hábito de se discutir a vida de personagens públicos, esquecendo ou ignorando, o que é mais provável, toda a tradição que José de Alencar, Joaquim Nabuco, Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Daniel Krieger, Machado Lopes, Oswald de Andrade, Pagu, Tarsila do Amaral, entre muitos outros, - dei-

xaram como autores ou personagens. O fato de a protagonista ser mulher num país de machões só acresce a irresponsabilidade oportunista do livro.

O PRÍNCIPE - Involuntariamente, talvez, o que o livro tem de interessante é a versão original para a presença de Zélia na equipe de Collor e no Ministério. O livro insinua que Zélia se aproximou de Collor menos devido ao interesse pelo homem público e mais graças ao interesse pelo homem, que, por acaso, era público. Neste sentido, o diário de Zélia, reproduzido no livro, é o patético retrato do processo global de sedução barata que tomou conta do país na campanha que levou ao resultado das eleições de 1989.

No dia 18/02/88, anotou ela: "Sonho acordada todas as noites. Sonho com um príncipe, um homem belo e gentil de quem eu gosto e que me quer bem. Eu precisava dar um nome e um rosto a ele. Dei o seu".

Há algo de sombrio e melancólico nos perfis femininos que cercam o centro do governo: a primeira dama, a chorar em público a miséria conjugal; Zélia, a expor-se atrás de uma versão humana para seu papel no desastre que é o governo; Belisa Ribeiro, a ex-assessora da campanha eleitoral, e que agora desanica impiedosamente o presidente em furiosos artigos no *Estadão*; Margarida Procópio, que reagiu ao livro de Zélia dizendo que se alguém comentasse as suas pernas retrucaria que elas têm dono.

Em matéria de espetáculos de mau gosto, estamos no primeiro dos mundos.

POR QUE A INDIGNAÇÃO?

O apoio ao primeiro plano Collor, que fez a glória de Zélia, Ibrahim Éris, Kandir e outros economistas da equipe inicial do governo, foi absolutamente unânime por parte dos maiores jornais e revistas do país. "Nem Fidel Castro ousou tanto", disse à imprensa estrangeira, na época, o conhecido editor Roberto Civita, numa reflexão comum entre seus pares. Agora, nas revelações do livro da ex-ministra, indignados, eles descobrem que era tudo improvisado, palhaçada. E agora? É hora de lembrar a consigna da histórica greve dos jornalistas de São Paulo contra o patronato da grande imprensa, em 1979: "Não compre jornais. Minta você mesmo."

O SANTO DINHEIRO

Qual é a origem do dinheiro, perguntou a polícia ao conhecido traficante. E ele respondeu, com precisão: "É a Casa da Moeda."

Interrogado na Polícia Federal de São Paulo para responder pelos 45 milhões de dólares com os quais comprou a tevê Record - dinheiro que teria vindo de traficantes colombianos, segundo denúncias de um seu ex-correligionário - o bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, respondeu: "Se o dinheiro é sujo, eu não sei. Os fiéis o colocam na sacola, o banco aceita e com ele pagamos nossas contas (ver a matéria na pág. 4).



PERIGOSOS BALEIROS

Depois de quinze dias de interdição, os órgãos de vigilância sanitária e a Polícia Federal liberaram a produção e a comercialização das balas da Van Melle, companhia holandesa que teve seus doces, grosseiramente envenenados com cocaína, vendidos na porta de algumas escolas. A Van Melle é um truste internacional: tem 16 fábricas pelo mundo; contratou grandes advogados; forçou o governo a formar uma equipe com especialistas em análise toxicológica de vários Estados para centralizar e apressar as investigações; está preparando pesquisa de opinião pública e campanha publicitária para dar a volta por cima do acidente; e tem seguro na Inglaterra. E os baleiros, como seu João Evangelista (foto), que há décadas vendem doces em porta de escolas? Eles estão sendo perseguidos pela polícia em algumas cidades de São Paulo e do Rio - porque nossas autoridades vêem neles perigosos indutores do consumo de cocaína.

Anita Hill contra Thomas

Nas redes globais da TV Americana, mulher e juiz encenam drama sem amor

A revelação mais importante do enfrentamento entre Anita Faye Hill e o juiz Clarence Thomas, que ocupou pelo menos dez horas ininterruptas das redes globais de lá (ABC, NBC e CBS) é a de que os Estados Unidos arriscam cair de vez numa regressão profunda em sua cultura política, onde aspectos públicos vão de longe para se-

gundo plano e o exibicionismo sensacionalista toma o primeiro.

A novela pseudo-sexual ali encenada em ritmo compacto, onde as agressões verbais substituíam a ação, acabou jogando para segundo plano o fato de Bush indicar para a Suprema Corte um juiz conservador, que se jacta de ser um "self-made negro" num país onde os programas de integração social e racial estão em dramático recuo.

ÓDIO E VINGANÇA. Os rostos crispados de Anita e Thomas no vídeo deixavam traír sobretudo ressentimento mútuo. Seja lá o que se tenha encenado ou reencenado ali, não era amor, nem mesmo sua frustração; pairava no ar muito mais uma consentida vingança contra o desejo insatisfeito.

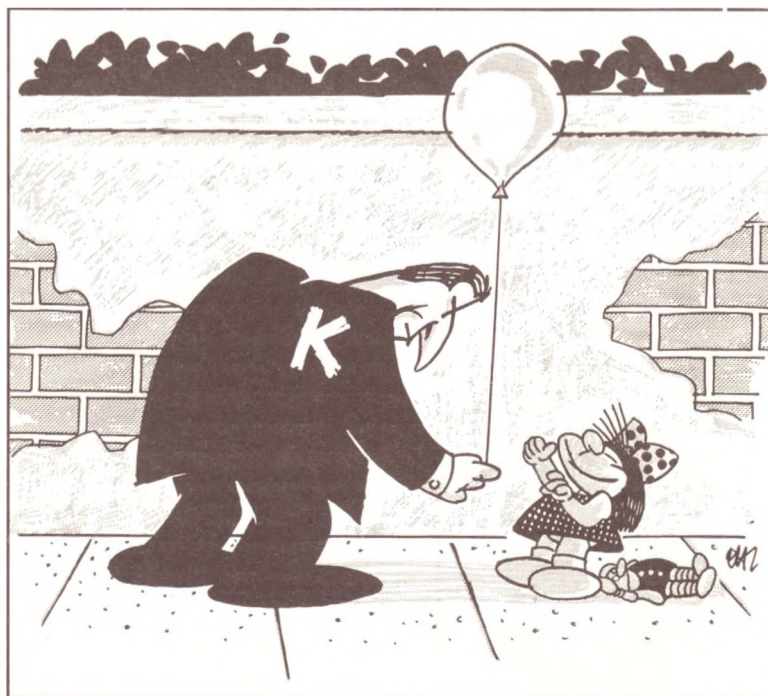
Levantaram-se muitas hipóteses para interpretar o caso: tratava-se de um enfrentamento entre exibicionismo e vulgaridade; o episódio provocaria uma crise entre os movimentos feminista e negro; a platéia se divertia diante do espetáculo de dois negros se destratarem em público de forma tão patética; desde a guerra do Golfo há uma certa falta de assunto sensacionalista na mídia, e assim por diante.

Nada disto, entretanto, elimina o impacto de uma mulher querer despirem público seu desafeto, e deste tratá-la como coisa de um passado morto. Se tivesse havido ali um caso de qualquer natureza que fosse - desfecho seria outro, e a mídia teria de procurar outras flores magras para preencher o vazio eletrônico.

Aprovado, afinal, o juiz Thomas seguirá sua inapelável sina de consolidar em princípios jurídicos a política conservadora de Bush, que o pôs lá. Anita, se

quiser, tem um *best-seller* nas mãos. Como dizia o grande William Shakespeare, tudo está bem quando termina bem.

A conferir.



COLOMBO, SIM. E OS OUTROS?



Com as desgraças que se abateram sobre os indígenas e africanos a partir de 1492, não se deve associar apenas os nomes de Colombo e Cabral, ou os dos reis de Portugal e Espanha. 1492, diz o livro recente do francês Jacques Attali, é também o ano do conclave católico para a sucessão de Inocêncio VI, que nomeia o espanhol Rodrigo Borgia para chefe do papado que se tornaria símbolo de corrupção e escândalo e abre o caminho para a Reforma Protestante. Começa a formar-se, então, o reinado ideológico dos calvinos e luteranos, pais intelectuais dos principais povos colonizadores do Novo Mundo - cujos nomes é indispensável lembrar também nessa hora de rever os crimes históricos cometidos na América.

SALDOS FEMINISTAS

A batalha das feministas americanas contra a nomeação do juiz Clarence Thomas levou-as a medir o avanço de seu movimento nos últimos anos. Conclusões: expressivos progressos no campo profissional; mas quase nada no campo político. As mulheres são apenas duas entre cem senadores. E apenas 29 entre os 434 deputados da Câmara. Os resultados no campo profissional:

PORCENTAGEM DOS PROFISSIONAIS QUE SÃO MULHERES			
	1990	1985	1983
CARGOS EXECUTIVOS	40%	38%	32%
ENGENHARIA	8%	9%	6%
MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO	36%	31%	30%
MEDICINA	19%	17%	16%
ADVOGADOS E JUÍZES	21%	18%	16%

PORNOGRAFIA SEM FIM

No início de outubro, em Copenhague, o festival de novidades pornográficas *Salão Erótico 2000* desmentiu uma simpática tese liberal: a de que a liberação completa desse tipo de amostras acabaria por destruí-las, por retirar-lhes o caráter misterioso - e desejado. Em 1969, enquanto os países ocidentais, em geral, mantinham estrito controle de publicações sobre sexo, um ministro da Justiça conservador norueguês anunciou a liberação completa de todo tipo de texto e imagens vendidas no país. A pornografia não saiu de moda, no entanto, nesses 22 anos. Diz o *Le Monde*, num balanço sobre o *Erótico 2000*: a pornografia apenas banalizou-se; os dois maiores grupos de imprensa da Noruega só equilibram suas receitas com tablóide onde não falta, todo dia, pelo menos um par de seios nus. O festival atual, diz o jornal, é um esforço dos comerciantes noruegueses do sexo, na disputa com alemães e holandeses, do promissor mercado dos países ex-puritanos e comunistas.



Abatalha da educação

Ofensiva conservadora põe em risco aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases

A tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional segue no Congresso em ritmo de novela. Com sua discussão iniciada há três anos, o projeto já esteve em urgência urgentíssima na Câmara, esteve a pique de ser votado por acordo de lideranças no fim da legislatura passada e quase acabou arquivado no fim do ano. Entretanto, na nova legislatura, deputados de todos os matizes ideológicos apresentaram um total de 1.236 emendas. Cresceu a resistência conservadora a muitas propostas do projeto e o lobby das escolas privadas intensificou sua ação. O resultado é que a urgência caiu no esquecimento, o projeto voltou às Comissões da Câmara e nestas, novos relatores foram indicados: na Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Edevaldo Alves da Silva (PDS-SP); na Comissão de Educação, a deputada Ângela Amin (PDS-SC).

EDEVALDO ALVES, apresentou substitutivo completo na sua Comissão. Ângela Amin levantou uma série de objeções à proposta tal como formulada. As maiores divergências, de acordo com a deputada, estão no capítulo V do projeto, e os pontos-chave são a composição do Conselho Nacional de Educação, a questão da gestão democrática nas escolas e a questão do conceito do Sistema Nacional de Educação, além de outras menores.

Criou-se um impasse, e para tentar vencê-lo, o Colégio de Lideranças da Câmara criou uma Comissão Multipartidária de Negociação, com representantes de cada partido, incluindo os relatores das Comissões, para, entre as 1.236 emendas e o projeto original, desentranhar o que seja consensual e o que deva ir à votação nas comissões e depois em plenário. Segundo o deputado Raul Pont (PT-RS), o trabalho caminha muito lentamente, pois a Comissão quer fazer a discussão da totalidade do projeto. Assim mesmo, é possível que a votação comece até o final do mês de outubro.

MANIFESTAÇÃO. Os riscos de retrocesso no projeto têm preocupado os integrantes do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, hoje integrado por 36 entidades da sociedade civil com representatividade nacional. O Fórum, que acompanha e participa das discussões sobre a LDB desde o início, convocou uma manifestação nacional para a manhã de 30 de outubro, em Brasília, querendo pressionar os deputados a votar o projeto e a consolidar e ampliar os aspectos que vê como progressistas.

Ana Rosa Gomes de Brito, que representa a Comissão Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) no Fórum, diz que o lobby privatista vem dificultando a tramitação do projeto e a negociação das Comissões. Eva Pereira, representante da Associação Nacional de Educação (ANDE), defende o caráter participativo que

teve a discussão do atual projeto e teme que a atual ofensiva conservadora venha a descaracterizá-lo (ver quadro nesta página).

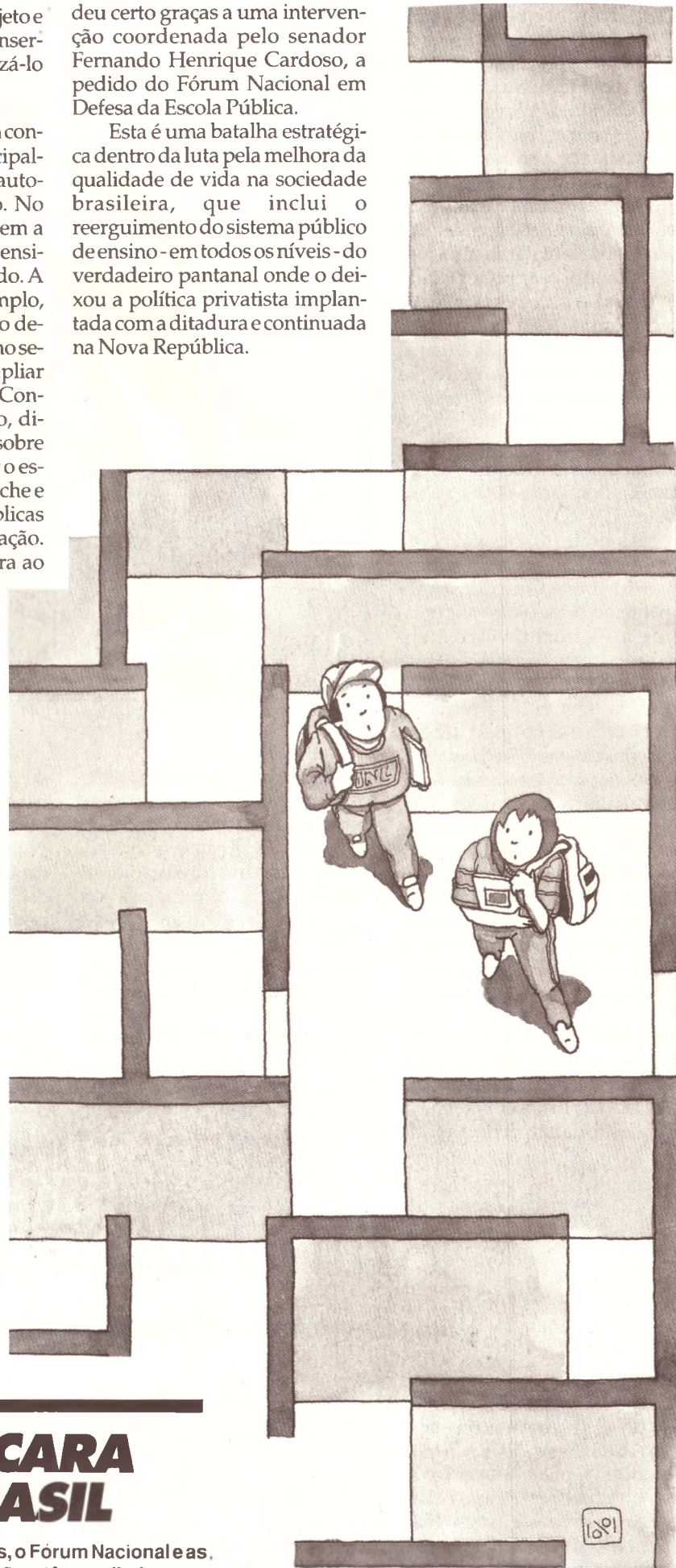
ENSINO DIVIDIDO? A resistência conservadora tem visado principalmente definir uma grande autonomia para o setor privado. No limite, os privatistas defendem a criação de dois sistemas de ensino - um público, outro privado. A gestão democrática, por exemplo, caberia no primeiro, mas não deveria ser estabelecida em lei no segundo. Também querem ampliar o peso da escola privada no Conselho Nacional de Educação, diminuir o controle público sobre as escolas privadas, impedir o estabelecimento do salário-creche e a preferência das escolas públicas na aplicação do salário-educação.

A oposição conservadora ao atual projeto de LDB ganhou um aliado importante: o Ministério da Educação, que durante a gestão Chiarelli manteve-se publicamente distante da discussão, embora no bastidor manifestasse desagrado diante dos rumos que a lei tomara, se aprovada. O novo ministro José Goldenberg veio a público criticar o projeto como corporativo, utópico e detalhista.

Em meio a essas pressões, o projeto deverá continuar tramitando lentamente na Câmara, para depois ir ao Senado, onde, segundo membros do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, deve aumentar a força conservadora na discussão. Lá, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) já tentou, no passado, torpedear o projeto da Câmara, apresentando um projeto sobre o ensino superior, cujo efeito maior seria o de fragmentar a própria idéia de um Sistema Nacional de Educação. A iniciativa não

deu certo graças a uma intervenção coordenada pelo senador Fernando Henrique Cardoso, a pedido do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Esta é uma batalha estratégica dentro da luta pela melhora da qualidade de vida na sociedade brasileira, que inclui o reerguimento do sistema público de ensino - em todos os níveis - do verdadeiro pantanal onde o deixou a política privatista implantada com a ditadura e continuada na Nova República.



COM A CARA DO BRASIL

Em muitos documentos, o Fórum Nacional e as entidades que o compõem têm avaliado o atual projeto de LDB. Entre críticas e apoios, o balanço é positivo. Ressalta-se, em primeiro lugar, o processo democrático que deu origem ao atual projeto, com mais de dois anos de intensa discussão entre parlamentares e entidades. É unânime a consideração de que este projeto deva ser a referência da discussão, pois para o bem e para o mal, ele tem a cara do Brasil. Entre os aspectos positivos, os documentos ressaltam o caráter de sistema unificado dado à educação; o crescimento da representatividade da sociedade civil no Conselho Nacional; a previsão de gestão democrática nas escolas; obrigação da redução da jornada de trabalho para o jovem trabalhador estudante, com a mesma remuneração; preferência para as escolas públicas na aplicação do salário-educação; criação do salário-creche; piso salarial unificado para a educadores; incentivo à formação superior para todos os níveis do magistério; definição precisa dos gastos com educação, excluindo daí os assistenciais, como merenda, obras públicas, aten-

dimento médico, embora estes permaneçam obrigatórios; avanço na definição da autonomia universitária.

Entre as críticas aparecem: caráter apenas consultivo dado à convocação do Fórum Nacional da Educação, que tem 150 membros eleitos e deveria definir as grandes linhas quinquenais do sistema; proposta de avaliação para o ensino superior vinculada ao sistema de credenciamento e descredenciamento de universidades públicas (o Fórum apóia a avaliação, mas não a questão do credenciamento); separação do sistema de ensino técnico do comum.

O som da beleza

Na Bahia, o grupo Olodum dá lições de música e de alegria de viver

Uma noite chuvosa de abril de 1979, um grupo de negros de Salvador decidiu fundar um bloco afro. De Olodum-Maré, divindade africana que paira sobre os outros orixás, uma espécie de deus dos deuses, tomaram o nome emprestado. Para a folia, ficou apenas Olodum. No Carnaval de 1980, os 600 negros do bloco pisavam no asfalto encurtando mais a distância entre África e Bahia. Mas as cordas de um bloco carnavalesco era prisão demais para o Olodum. Num

"desencontro de gestões" interno, ele dividiu-se e quase acabou. Da antiga diretoria, apenas um continuou no bloco. No carnaval de 1983, o Olodum não deu o ar da graça. Retornou em 1984, já com o nome de Grupo Cultural Olodum, e tornou-se o principal responsável por uma das maiores revoluções na cultura popular da Bahia. Hoje, oito anos após livrar-se das cordas, o Olodum rompeu também as divisas da Bahia para ganhar o Brasil e o mundo. Sua última façanha aconteceu em 15 de agosto deste ano, no Central Park de Nova York.

Acompanhando o cantor e compositor Paul Simon, a Banda Olodum botou pra dançar 800 mil pessoas presentes num show programado para duas horas e que ganhou mais uma a pedido do público. "O Olodum aconteceu musicalmente, depois parou como bloco e se reorganizou como grupo cultural, centro irradiador de idéias, de contexto de ação na luta contra o racismo, na organização da comunidade negra e por uma cidade justa", diz João Jorge Rodrigues, ex-diretor cultural e hoje presidente do Olodum.

PATRIMÔNIO - Com uma marcante



É um bloco? É uma escola? É uma banda? Não, simplesmente Olodum

atuação política e social dentro do seu espaço, o Olodum vem conseguindo transformar na prática o Centro Histórico de Salvador em Patrimônio da Humanidade, categoria à qual foi elevado pela Unesco. "Nós estamos conseguindo erradicar o estigma do Pelourinho, antes considerado um lugar de puta, viado, ladrão e maconheiro, bonitinho pra turista ver, mas péssimo para a população viver", a frase é de Neguinho do Samba, responsável pela banda e reconhecido pelos colegas como coração e alma do Olodum (ver o quadro nesta página).

Muito antes do assunto ganhar a importância de hoje, o Olodum já dedicava uma atenção especial aos meninos de rua. Um dos marcos do grupo é a Banda Mirim Olodum, fundada em 1984. A Banda integra hoje um trabalho complexo envolvendo a comunidade do Centro Histórico com a "Escola Criativa Olodum", que tem o apoio da Unicef.

DANÇA DA BELEZA - A Banda Mirim visou originalmente ocupar os menores que perambulavam pe-

los becos e ladeiras do Centro Histórico. Além do ritmo, os meninos e meninas aprendem a história dos instrumentos e como construí-los. Há dois meses, dez meninos da banda participam de um intercâmbio cultural com outras crianças de Oslo. Eles vão ficar lá até novembro, com tudo pago pelo governo da Noruega.

A "Escola Criativa Olodum" consolida um projeto pedagógico. Oferece educação, cultura e formação profissional com desenvolvimento de senso crítico, da consciência da beleza negra e dos meios de competição na sociedade.

A escola está aberta a adultos e crianças, com cursos de percussão, teatro, dança, dicção e postura de voz, confecção de instrumentos musicais e de panos de costa, conhecimentos gerais, inglês e francês. "A dança, por exemplo, é uma das linguagens de sobrevivência cultural e física do negro e vamos transmiti-la", diz Isaura Oliveira, coordenadora do curso de dança. Outro projeto do Olodum é a criação de uma fábrica de produtos carnavalescos.

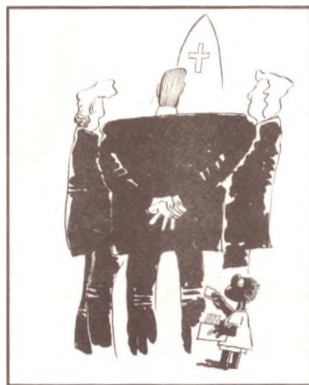
Nos outros meses a fábrica produziria confecções, gerando emprego para cerca de 500 famílias no Centro Histórico.

O endeuamento da mulher, a história do povo negro, o gostar da vida e o resgate das figuras ligadas às raízes africanas são temas tocados e cantados pelo Olodum, embora permaneçam omitidos nas escolas tradicionais. Qualquer menino ou menina de Salvador, preto ou branco, filho de tenente ou pescador, sabe de cor as músicas do Olodum. "Conhecendo a sua história e a sua importância através da música ou de outra arte, o negro não será tratado como inferior, como o negro da fome, da miséria, do chicote, e sim com a sua beleza, o seu lado exótico, o seu lado positivo", apostam os componentes do grupo.

O Pelourinho, um lugar que durante muito tempo serviu para o castigo dos negros, é hoje um lugar sagrado, abençoado por Olodum e bonito por natureza.

NELSON RIOS, De Salvador

SARAVÁ, SEU PAPA



A cultura na Bahia é negra ou mestiça, como 80% de sua população. No encontro do papa com "a cultura da Bahia" - como era o título oficial da reunião do dia 20, em Salvador - dos 300 presentes, só dez eram negros, no entanto. "Aqui só está a elite branca", disse o líder do conjunto Ilê-Aiê, Antônio Carlos Vovô. No seu empenho para preservar a Igreja Católica e reduzir a influência das seitas, os planejadores do encontro não tiveram como levar ao papa a cultura negra da Bahia, indissoluvelmente ligada às suas origens religiosas africanas: a Bahia tem 365 igrejas, mas um número maior de centros onde se praticam cultos afro-brasileiros.

NO CÍRIO, MAIS DE UM MILHÃO

As multidões que se esperava para ver o papa não apareceram. Em compensação, também o esvaziamento do Círio de Nazaré, que se esperava em função da presença do papa no Maranhão, não aconteceu. O Círio, uma festa de fundo religioso e católico, que se faz todos os anos em Belém do Pará, teve mais de 1 milhão de pessoas, no desfile tradicional que percorre mais de cinco quilômetros.

BOM MACHISMO CATÓLICO?

A maioria dos católicos - 70% - acha que os homens não devem casar virgens. Uma minoria - 42% - acha que as mulheres também não devem. Que raciocínio justifica esta discriminação? A família organizada sob o comando dos machos experientes é a "célula mater" da sociedade, como pensam alguns? Os fatos não justificam esta pretensão. O relatório da *Americas Watch* (organização americana de direitos humanos), num trabalho de 50 páginas divulgado no último dia 15 com revelações sobre a violência sexual praticada contra a mulher no Brasil, mostra que a maioria (70%) dos crimes - assassinatos, estupros, espancamentos - são praticados dentro do lar, pelos maridos ou familiares masculinos. O machismo dos católicos, o direito de posse do sexo masculino, não tem, portanto, nenhum papel positivo na organização social e familiar de 1500.

NEGUINHO DO SAMBA

Em 1988 Paul Simon, depois de gravar o elogiado "Graceland", veio à Bahia atrás de Neguinho do Samba, aconselhado pelo músico sul-africano Dick Mahana. Encontrando o maestro do Olodum, pediu para ouvir uma fita gravada.

Neguinho chamou dez meninos da banda e pediu para eles tocarem. "O som quem faz são eles. Se gostar, tudo bem. Caso contrário, não precisa perder tempo ouvindo a fita".

Três minutos depois da banda começar a tocar, Simon pediu aos berros que eles parassem: "Podem parar. Nunca ouvi uma coisa dessas em toda a minha vida". Um ano depois, Simon vinha a Salvador gravar o clip "Obvious Child" com a banda. A música dá também o nome ao LP.

Mas nem tudo foram flores na trajetória do Olodum e de Neguinho. No começo, ele tinha de catar madeira com os meninos para trocar por pão numa lanchonete da cidade. Hoje, Neguinho continua humilde, sincero, e atencioso. Seu maior orgulho é ter tirado vários meninos da rua e ter dado a eles uma ocupação. Ele confessa que o Olodum é sua grande paixão. "Chego aqui no Pelourinho às sete da manhã e só volto às duas da madrugada. Todo dia volto para casa feliz. Esta é minha grande recompensa", diz, sorrindo.

Sobre a atual crise no país, Neguinho arisca uma saída:

"O povo só tem o direito de eleger, mas não de tirar".

No dia em que puder fazer isto as coisas vão melhorar." (NR)



Vicentinho

Lágrimas de impotência, mas também de solidariedade, rolaram pelo rosto de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, quando sentiu o "fação" que cortou, de surpresa, 1.095 trabalhadores da Brastemp, dia 15 de outubro. Indignado, entrou em greve de fome, suspensa 79 horas depois diante do compromisso dos patrões (afinal rompido) de reaver nas demissões. Quando ainda se restabelecia, deu esta entrevista a Mouzar Benedito.

Por que chora um líder sindical?
Um líder sindical é um ser humano, tem que rir, tem que ter alegria, tudo quanto é emoção de um ser humano. Eu não tenho vergonha de chorar. Foi diante de um momento muito difícil; já havia o acúmulo das demissões, da falta de expectativa no país. A gente tinha como reagir às demissões nas outras empresas: era greve, protesto, virar carro ou o diabo a quatro. Mas dessa vez, a gente não tinha nenhuma ação. A Brastemp, sagazmente, mandou o pessoal em férias coletivas e só deixou na fábrica quem ia ser demitido (ver reportagem na pág. 6). Aí foi uma surpresa geral, e de repente, bateu o choro e veio a decisão de fazer a greve.

A decisão da greve de fome foi no momento, então?
Foi. Eu nunca tinha pensado nisso. Foi, primeiro, uma constatação de impotência; segundo, uma solidariedade àqueles companheiros. A decisão saiu assim, naqueles "cinco minutos".

Resolveu passar fome como passam muitos demitidos...
É, mas eu estava passando fome porque queria, e muito consciente. É diferente de quem não quer, de quem passa fome sem saber por quê.

Como é a sensação de fome?
Eu sofri mais nos dois primeiros dias. Depois fui achando mais normal, embora sentindo dor de cabeça permanentemente. Ficava mais angustiado à noite. Era um sentimento de angústia, de madrugada, quando não dormia. O barulho dos carros passando ao lado da barraquinha era muito intenso. Agora, a minha alma está muito bem, né?

Qual foi a reação da diretoria do sindicato?
Foi de susto. Foi uma semana em que a diretoria e eu mudamos todos os compromissos, para nos dedicarmos exclusivamente a esta questão da Brastemp. É claro que havia companheiros que não entendiam. No meio sindical, é difícil essa idéia de fazer greve de fome. Dizem que é coisa para intelectuais ou para o povo da Índia. Não dá para dizer que foi uma semana boa pra mim, porque eu me violentei, do ponto de vista físico. Mas para a sociedade, foi uma coisa pacífica.

Depois da greve de fome, você disse que as divergências internas da CUT eram picuinhas. É isto mesmo?

Eu disse que "tinha" divergências que eram picuinhas, porque há também divergências de fato, que devem ser encaradas como tal, mas num nível mais fraterno, de companheirismo. Eu continuo com a posição de que a CUT precisa ser construída na base da divergência, admitindo que as opiniões da maioria prevaleçam sobre as da minoria. Essa greve me deu muito tempo para refletir sobre certas questões. As divergências não podem jamais trazer tensões maiores no relacionamento entre companheiros do que as que existem no relacionamento com empresários. Quando você vai negociar com empresário, tem uma relação de respeito com o cara, dialoga, mas entre nós estamos nos matando!

O Congresso do PT pode reeditar o que aconteceu na CUT?

Eu tenho certeza de que não vai acontecer, porque essa relação já é melhor no PT. Acho que todos, ao invés de querer fazer prevalecer a sua opinião, devem estar imbuídos da tarefa de construir o PT.

O jornalista Luís Nassif, em sua coluna na Folha de S. Paulo, disse que se de dez em dez anos nasce um Lula, a década de 90 já tem o seu, que é o Vicentinho. O que você acha disso?

Um dos cuidados que eu tomei durante a greve foi em não transformar isso numa coisa personalista. O artigo do Luís Nassif foi uma das coisas que me deram força durante a greve e eu achei muito importante, porque é o reconhecimento de alguém que não é da CUT nem do PT. Quero dizer que o Lula continua sendo o Lula, nossa maior liderança. Não se faz um Lula a cada dez anos. Mas não concordo com as críticas que o artigo faz ao Meneguelli e ao Gilmar. É claro, o Nassif tem o direito de dizer o que ele quiser.

É muito difícil ser líder sindical na recessão?

É, pra quem continua agindo como um tecnocrata de esquerda. Com referência à perspectiva de luta e o que nós queremos neste momento, eu não tenho a menor dúvida. Tanto que fui defensor de

uma tese da CUT, aprovada primeiro no nosso sindicato, que se refere a uma estratégia sindical, uma relação do sindicato com a sociedade, com os trabalhadores, formas de se comportar, fortalecendo o trabalho de base sem abrir mão de salários, da condição de vida e de trabalho, mas se abrindo à sociedade, participando de lutas. Alguns companheiros estão desesperados porque não evoluíram.

A luta principal do movimento sindical hoje é pela manutenção dos empregos?

Infelizmente, o movimento sindical está na defensiva, porque a conjuntura impôs isso. Você vê movimento pedindo aumento real de salários? Quando só se pede reposição de perdas, é que você está na defensiva.

Qual é a posição de vocês sobre a privatização das estatais?

Nós somos contrários a qualquer privatização, da maneira como a coisa está sendo colocada no Brasil. Não podemos entrar numa guerra, a classe dominante que-

Ninguém acredita na sociedade oficial. Temos que trabalhar a esperança do povo.

rendo privatizar tudo a qualquer custo e a gente se opor a ela querendo estatizar tudo. Acho que tem coisas que podem ser privatizadas. Mas por que eles só querem privatizar a Petrobrás, a Usiminas, apenas as empresas mais lucrativas? Não se pode colocar um bem nosso pros credores internacionais, para abater da dívida externa.

Você acha que está havendo uma decepção com tudo o que é coletivo e as pessoas estão partindo mais para "soluções" individuais, até virando marginais?

Eu tenho conversado muito com os trabalhadores, inclusive com os



Vicentinho: "Reclame comigo, eu votei no Lula"

AGÊNCIA FOLHA LUIS CARLOS MURAUŠKAS



BRASIL AGORA

